



**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis





# Diretrizes Ambientais

## Luciene Ferreira Pedrosa

Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente

*20.06.2018 – Rio de Janeiro*

## Resolução CNPE nº 17/2017

-  Avaliações Ambientais de Áreas Sedimentares
-  Manifestação Conjunta do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente
-  Órgãos Estaduais do Meio Ambiente
-  Antecipação e solução de possíveis conflitos ainda na etapa de definição de blocos

# Pareceres Ambientais

## Blocos Marítimos/Terrestres

### GTPEG






Grupo de Trabalho  
Interinstitucional de Atividades de  
Exploração e Produção  
de Óleo e Gás

## Blocos Terrestres

Órgãos Estaduais de Meio Ambiente  
(OEMAs) responsáveis pelo(a):

- Licenciamento Ambiental
- Gestão das Unidades de Conservação Estaduais

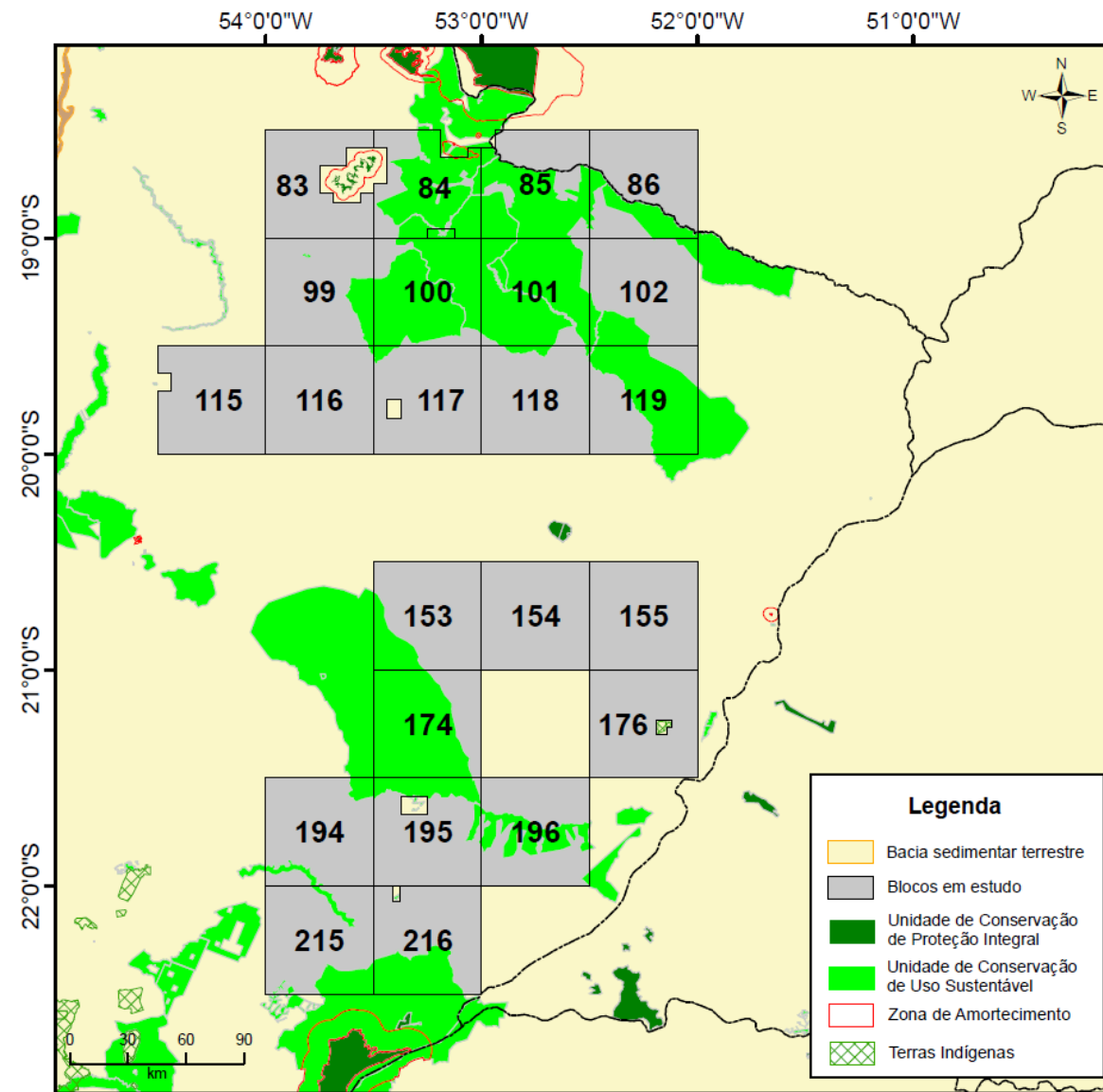
# Pareceres Ambientais

-  13 órgãos ambientais estaduais envolvidos, além do GTPEG
-  Validação de pareceres ambientais emitidos em rodadas anteriores
-  Dos 884 blocos, 158 foram analisados e considerados aptos à atividade de E&P pelos órgãos ambientais e 14 foram excluídos
-  As demais áreas divulgadas no pré-edital estão pendentes de análise pelos órgãos ambientais
-  Tabela resumo com as recomendações dos órgãos ambientais



# Bacias Terrestres

# Bacia do Paraná

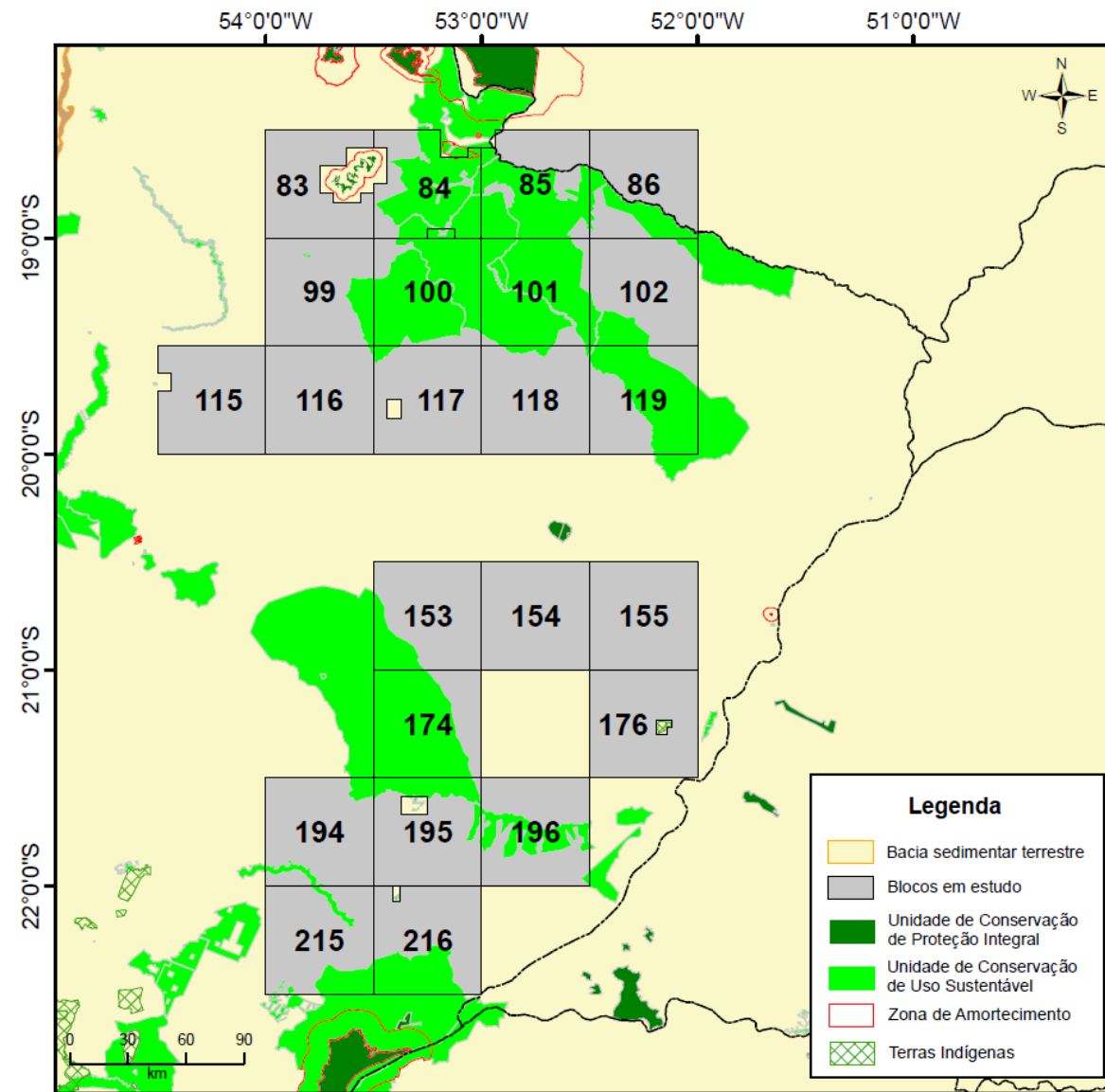


## IMASUL/MS

Sistema Interativo de  
Suporte ao  
Licenciamento  
Ambiental (SISLA)

Identificada  
sobreposição com  
11 APAs e 1 RPPN

# Bacia do Paraná

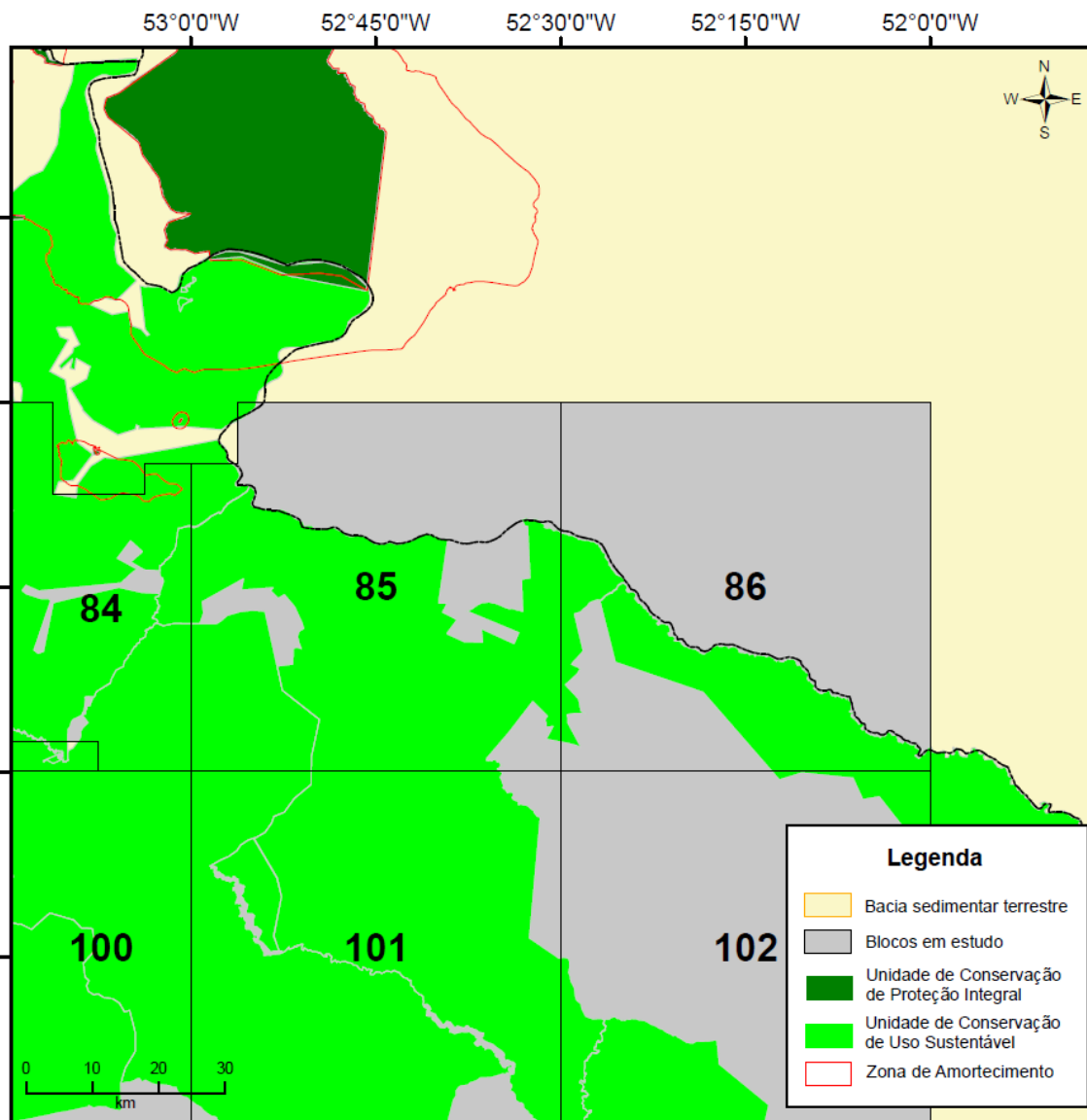


## IMASUL/MS

As atividades de E&P são compatíveis com a presença das APAs, resguardando a legislação vigente e respeitando os procedimentos do licenciamento ambiental

As atividades de E&P são incompatíveis com a presença de RPPN (devido a pequena parcela de sobreposição - 0,05% o bloco PAR-T-194 não foi adequado)

# Bacia do Paraná



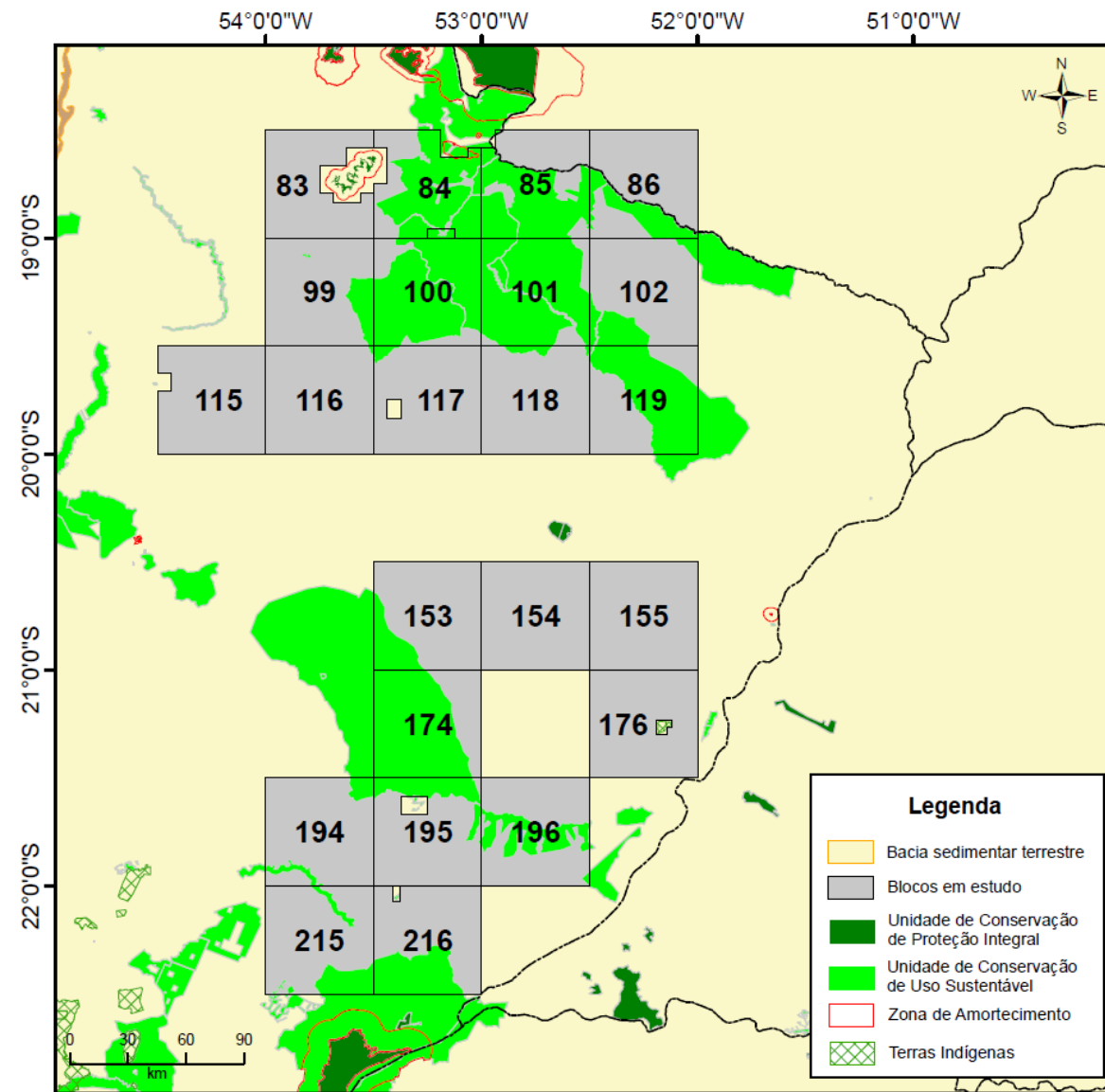
## SECIMA/GO

Não há sobreposição  
com Unidades de  
Conservação Estadual

Recomenda consulta  
ao ICMBio e às  
prefeituras



# Bacia do Paraná



## GTPEG

PAR-T-85: sobreposição  
com a APA dos Rios  
Aporé e Sucuriu

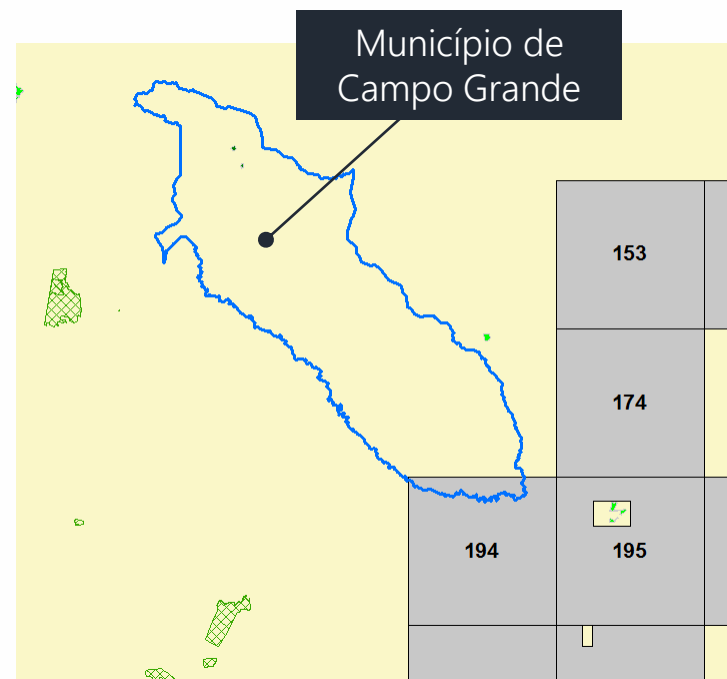
PAR-T-215 e 216:  
sobreposição com a APA  
das Ilhas e Várzeas do Rio  
Paraná

PAR-T-86: próximo a sede  
da RPPN Reserva  
Santuário de Vida  
Silvestre Pousada das  
Araras (localidade não é  
bem conhecida)

# Bacia do Paraná

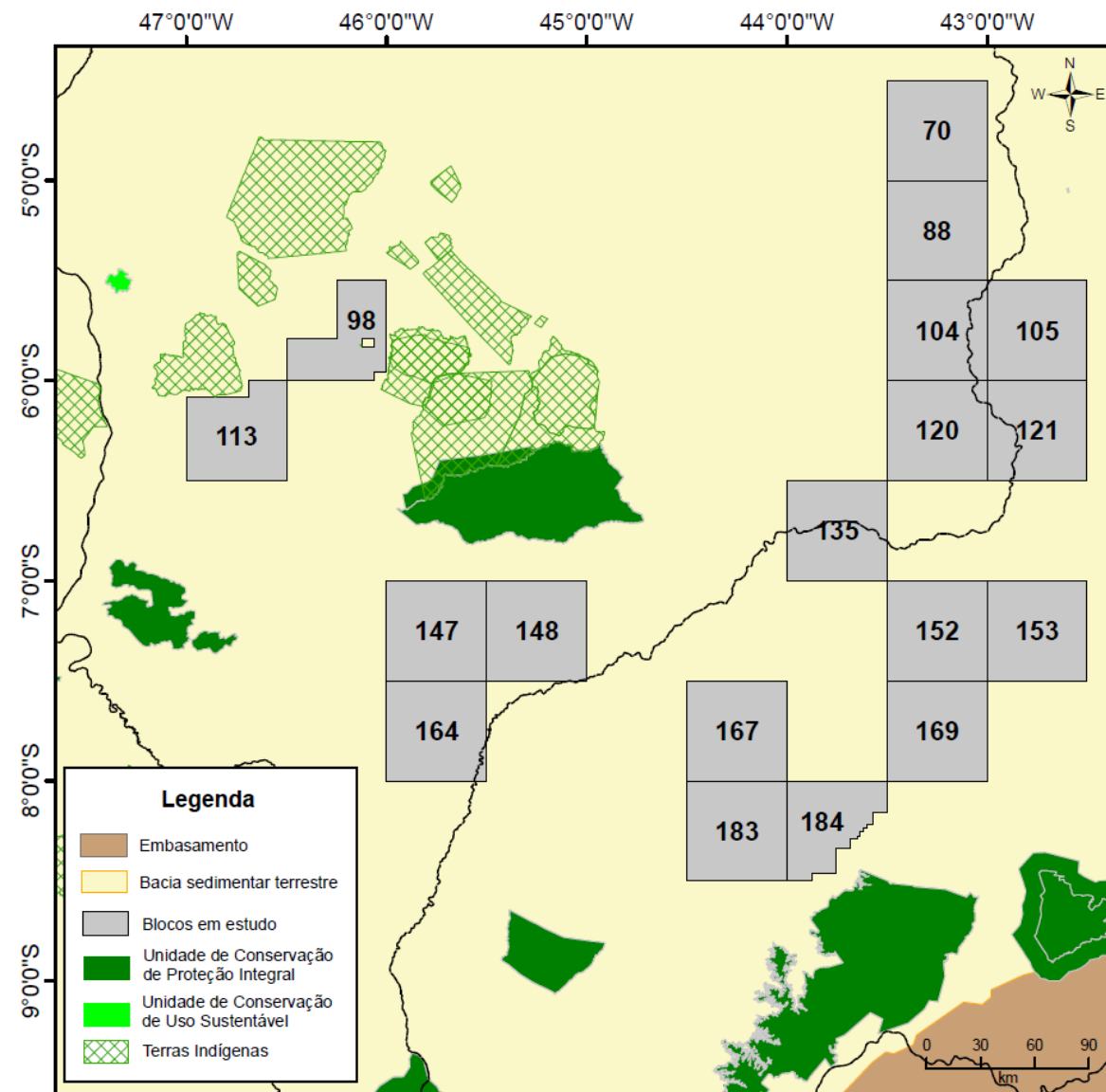
## GTPEG

PAR-T-194 → localizado no município de Campo Grande, onde se encontra a RPPN Estância Santa Inês



Alguns blocos se localizam em área de aplicação da Lei da Mata Atlântica, que estabelece condições específicas para o seu uso

# Bacia do Parnaíba

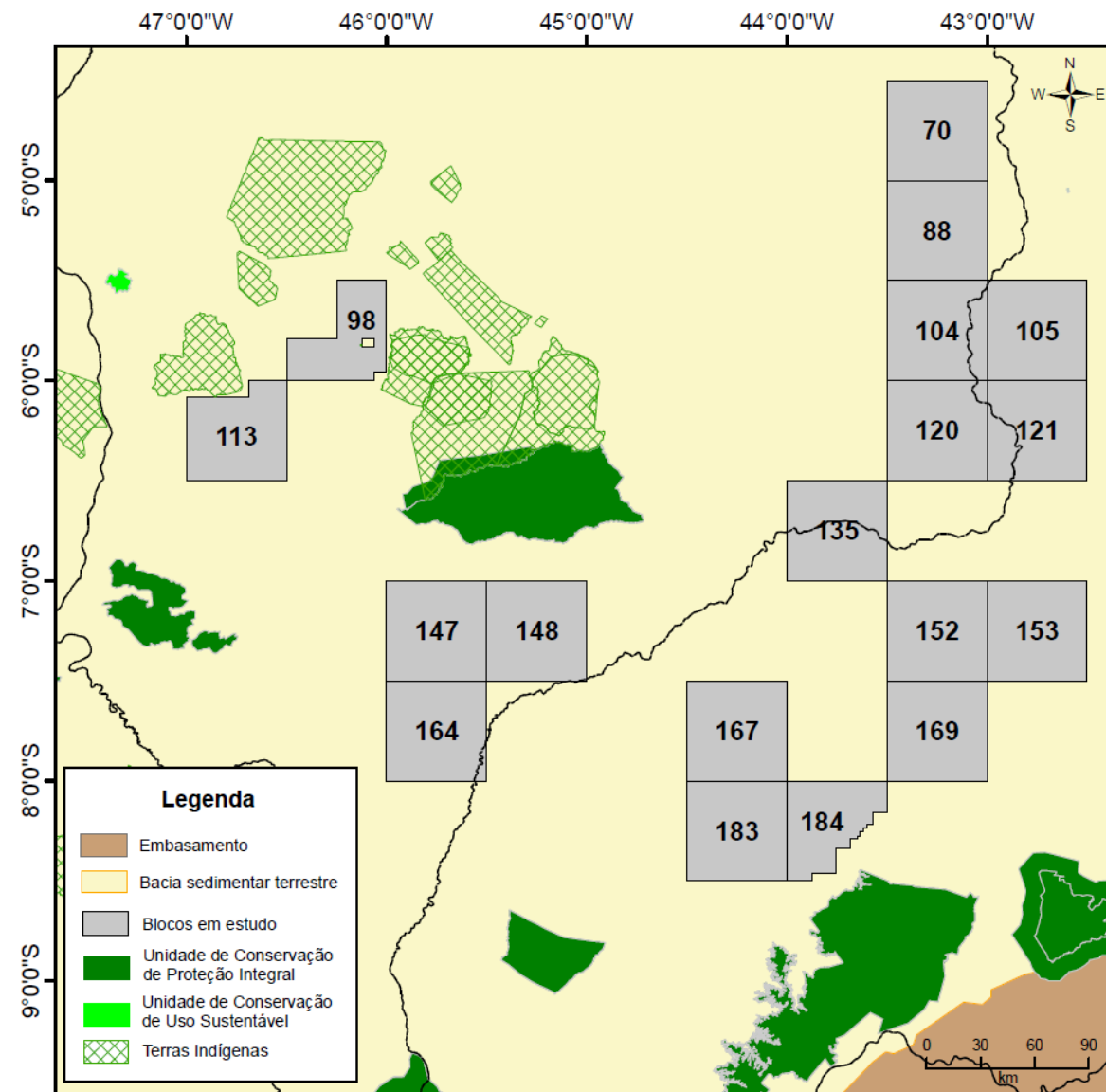


## SEMA/MA

Presença de Áreas  
Prioritárias para a  
Conservação

Durante o licenciamento  
deverão ser consideradas  
particularidades  
geoambientais, tais como,  
topografia, vegetação  
e recursos hídricos,  
especialmente APPs

# Bacia do Parnaíba

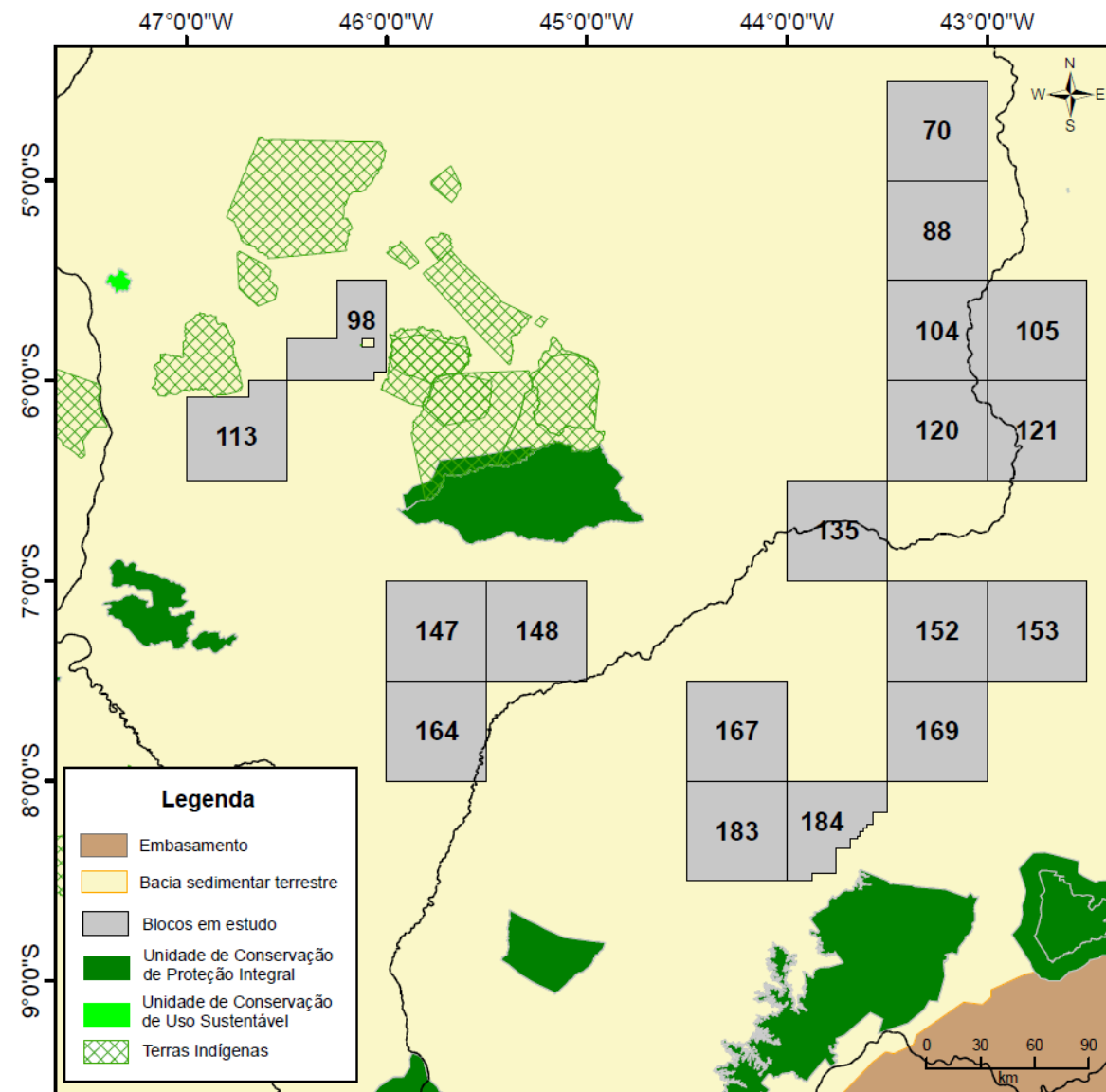


## SEMAR/PI

A realização de atividades em APP, Reserva Legal e Áreas Prioritárias para a Conservação deverá se restringir a situações indispensáveis, quando não existir outras opções locais tecnicamente viáveis

Aspectos relacionados a sítios arqueológicos e manifestações culturais deverão ser considerados no processo de licenciamento ambiental

# Bacia do Parnaíba

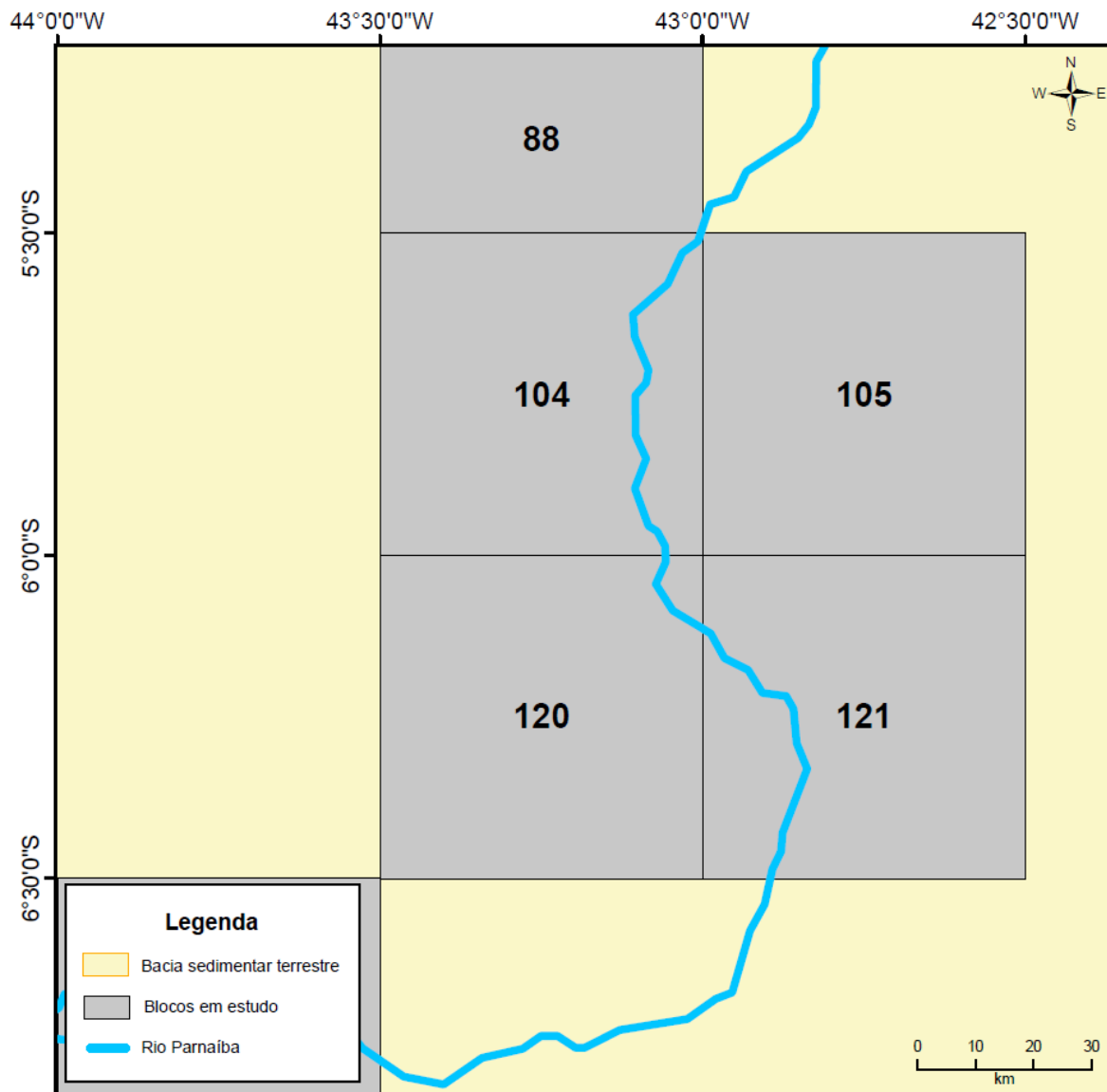


## SEMAR/PI

Durante o processo de licenciamento ambiental, a variável locacional deverá ser avaliada com base nas informações contidas no Macro Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Piauí

Existem projetos agrícolas em parte do bloco PN-T-135 sem, contudo, implicar em maiores consequências para as atividades de petróleo e gás

# Bacia do Parnaíba

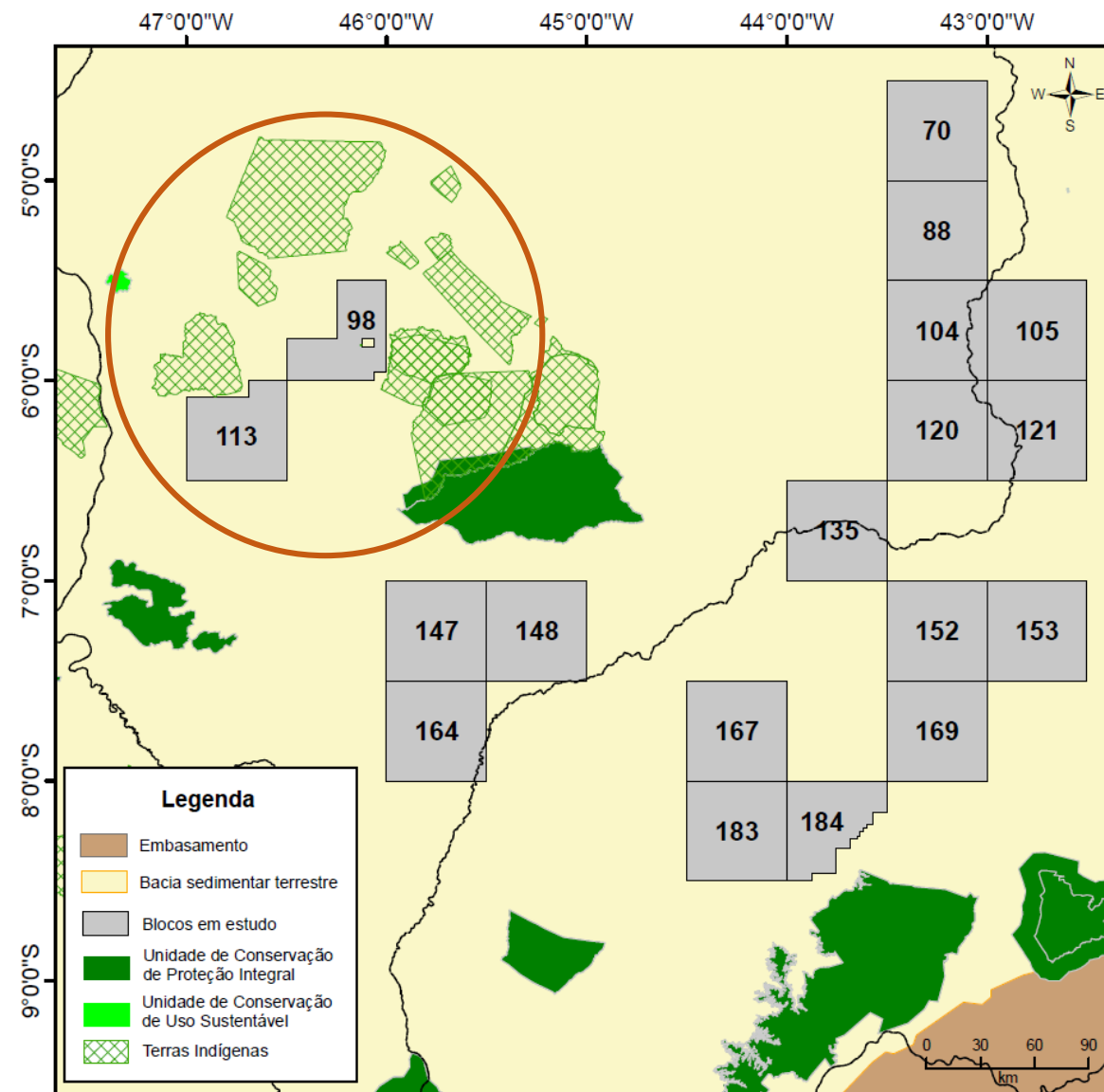


## SEMAR/PI

Existem processos de licenciamento junto ao Ibama para a construção das Usinas Hidrelétricas de Castelhano, Estreito e Cachoeira

Caso os projetos se concretizem, os blocos poderão ter parte de suas áreas inundadas

# Bacia do Parnaíba

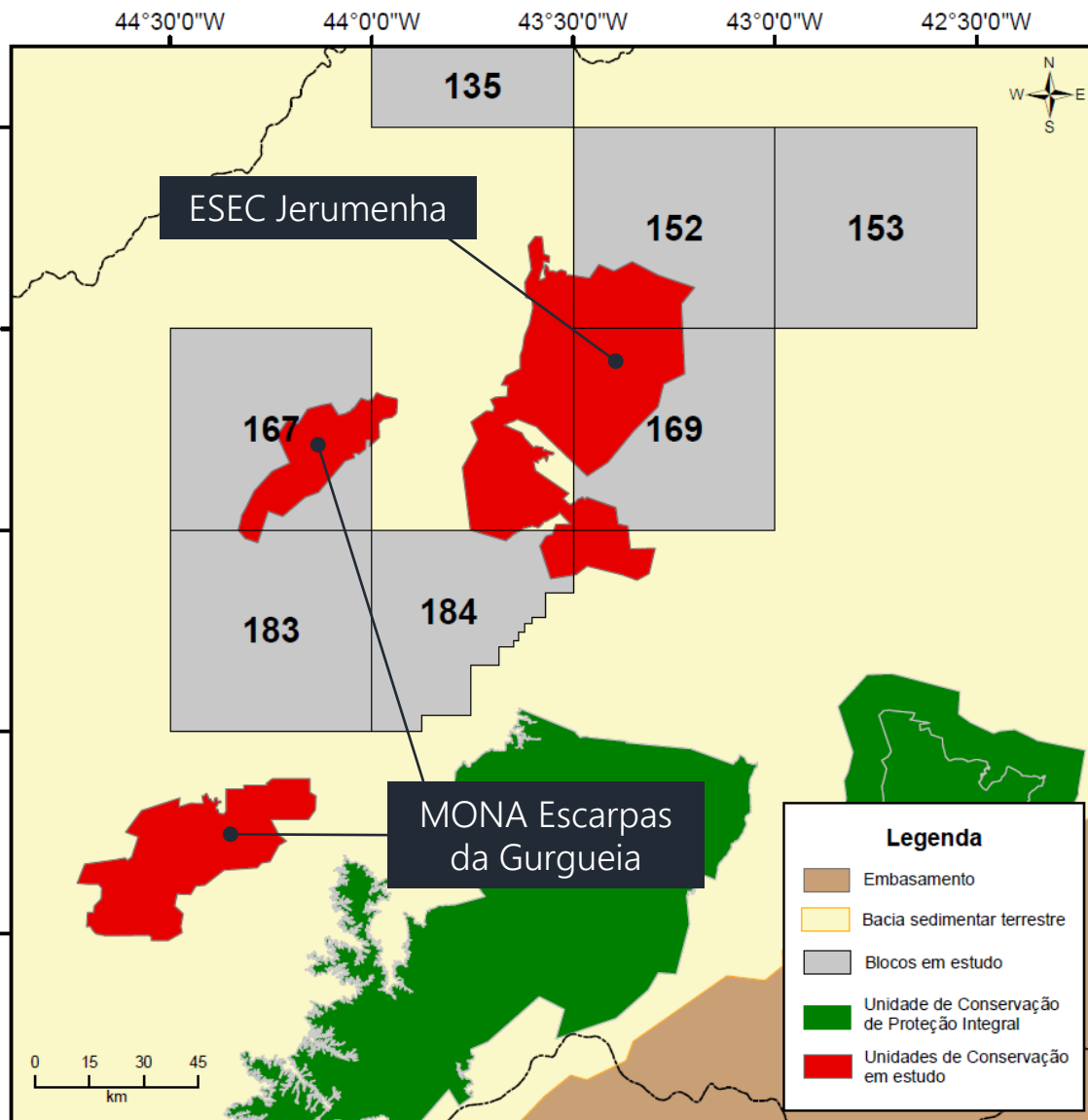


GTPEG

Proximidade com  
Terras Indígenas



# Bacia do Parnaíba



## GTPEG

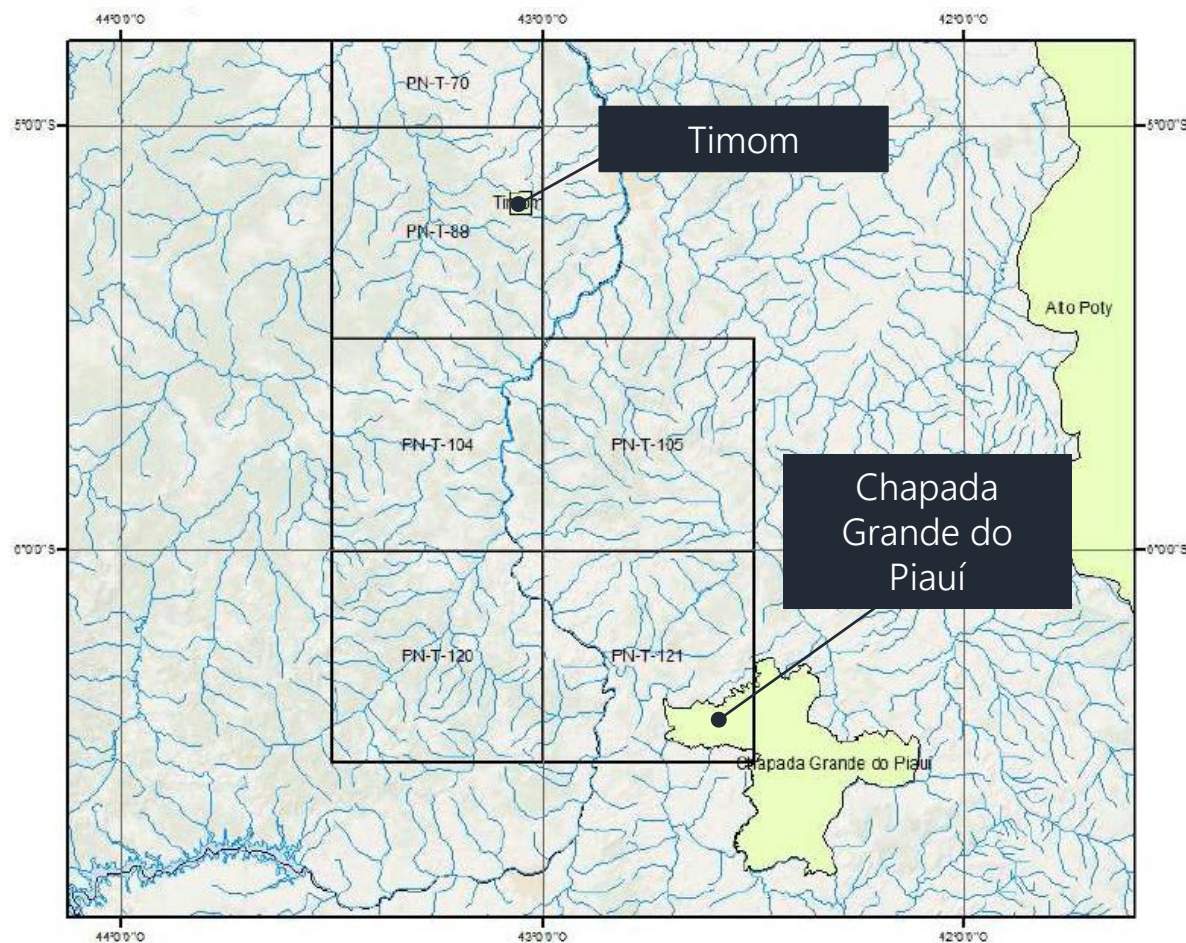
Sobreposição com  
áreas propostas para  
criação da ESEC  
Jerumenha e do  
MONA Escarpas da  
Gurgueia



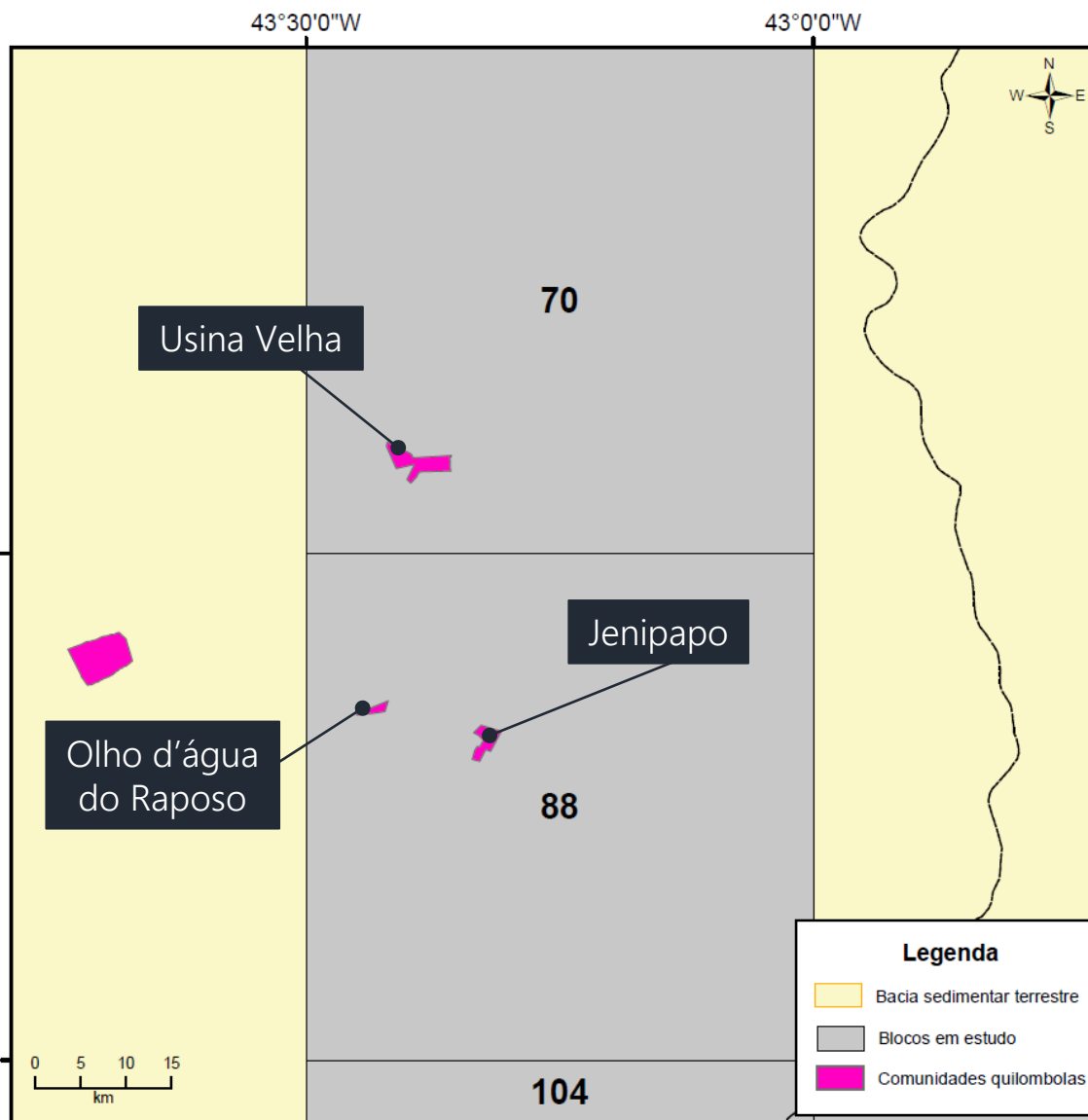
# Bacia do Parnaíba

## GTPEG

Sobreposição com  
áreas propostas para  
a criação das RESEX  
Timom e Chapada  
Grande do Piauí



# Bacia do Parnaíba



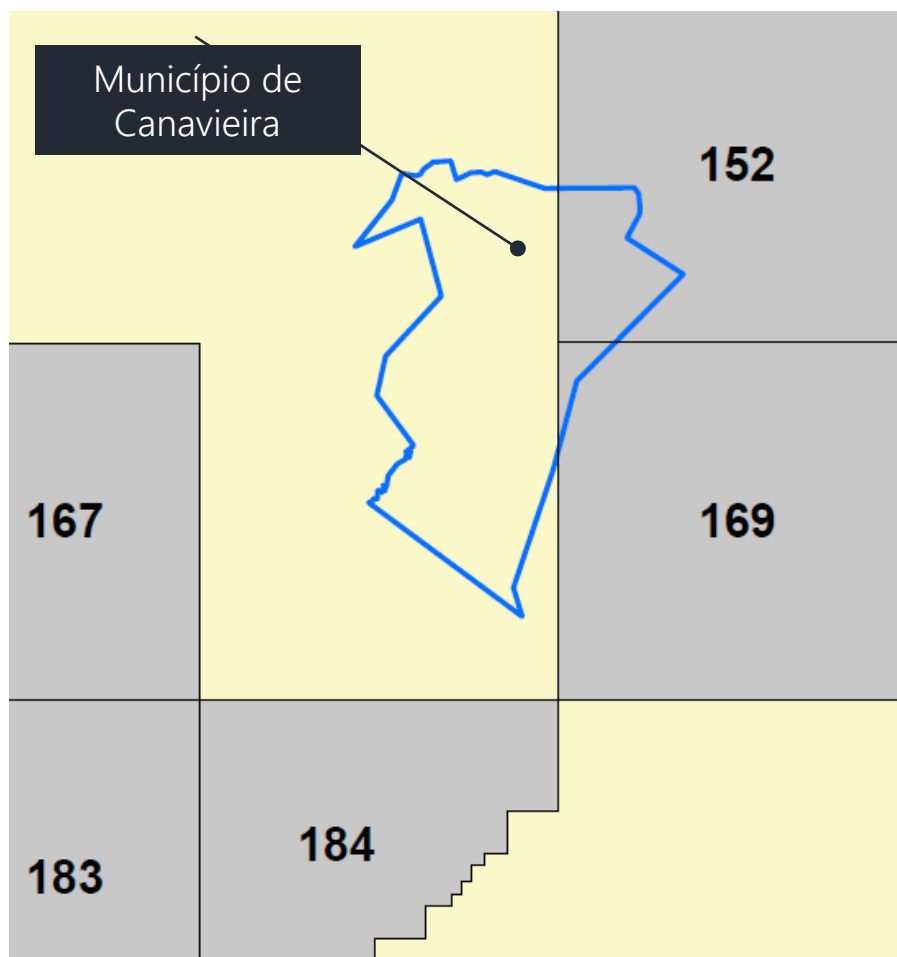
## GTPEG

Sobreposição com  
Comunidades  
Quilombolas

Não há necessidade  
de adequação

# Bacia do Parnaíba

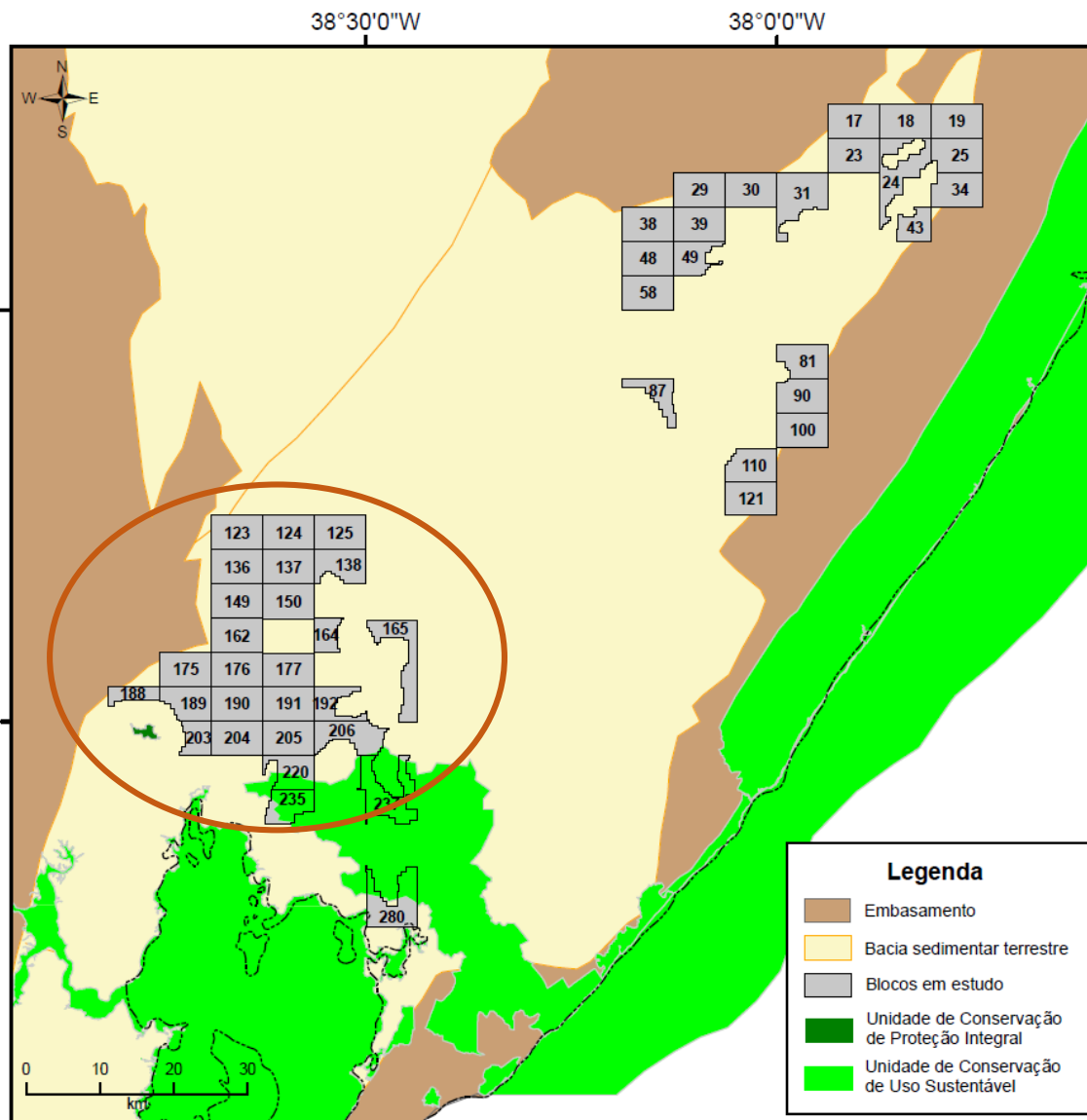
## GTPEG



PN-T-152 e PN-T-169 →  
localizados no município de  
Canavieira, onde se encontra a  
RPPN Fazenda Boqueirão

Alguns blocos se localizam  
em área de aplicação da  
Lei da Mata Atlântica, que  
estabelece condições  
específicas para o seu uso

# Bacia do Recôncavo



## SEMA/BA

- Alta vulnerabilidade à erosão do solo e dos recursos hídricos superficiais
- Risco de contaminação devido à proximidade de pontos de outorga de água e áreas edificadas
  - Proximidade a áreas com restrições legais como unidades de conservação, APP e outros ecossistemas protegidos
- Vulnerabilidades socioeconômicas devido à existência de conflitos socioambientais e proximidade a regiões ocupadas ou reivindicadas por povos e comunidades tradicionais

# Bacia do Recôncavo

## INEMA/BA

### Sobreposição com a APA Joanes Ipitanga

■ Núcleo Urbano Consolidado

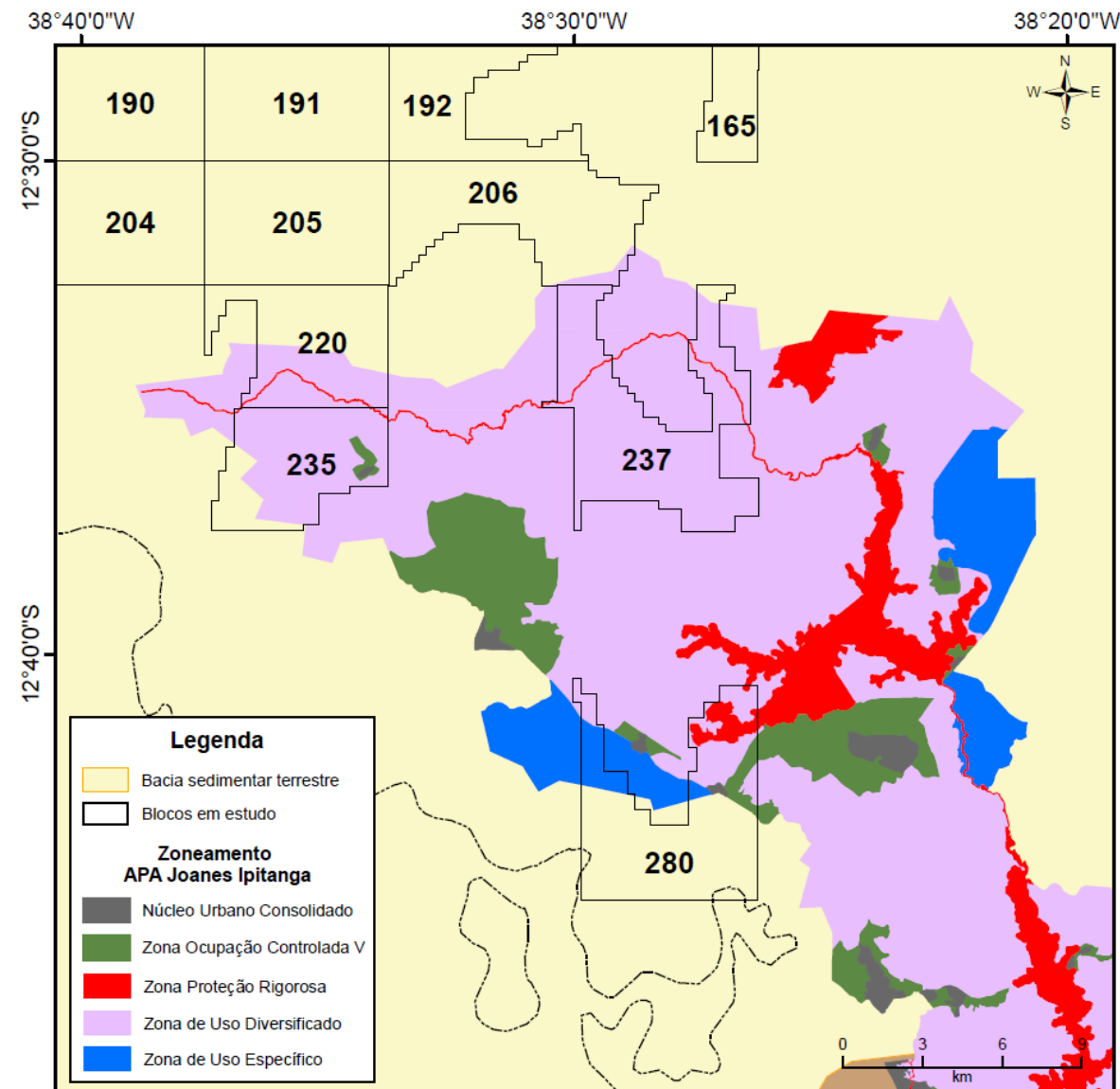
Área urbana, com presença de  
comércio e serviços

■ Zona Ocupação Controlada V

Área com características de  
expansão urbana  
Presença de comércio e serviços

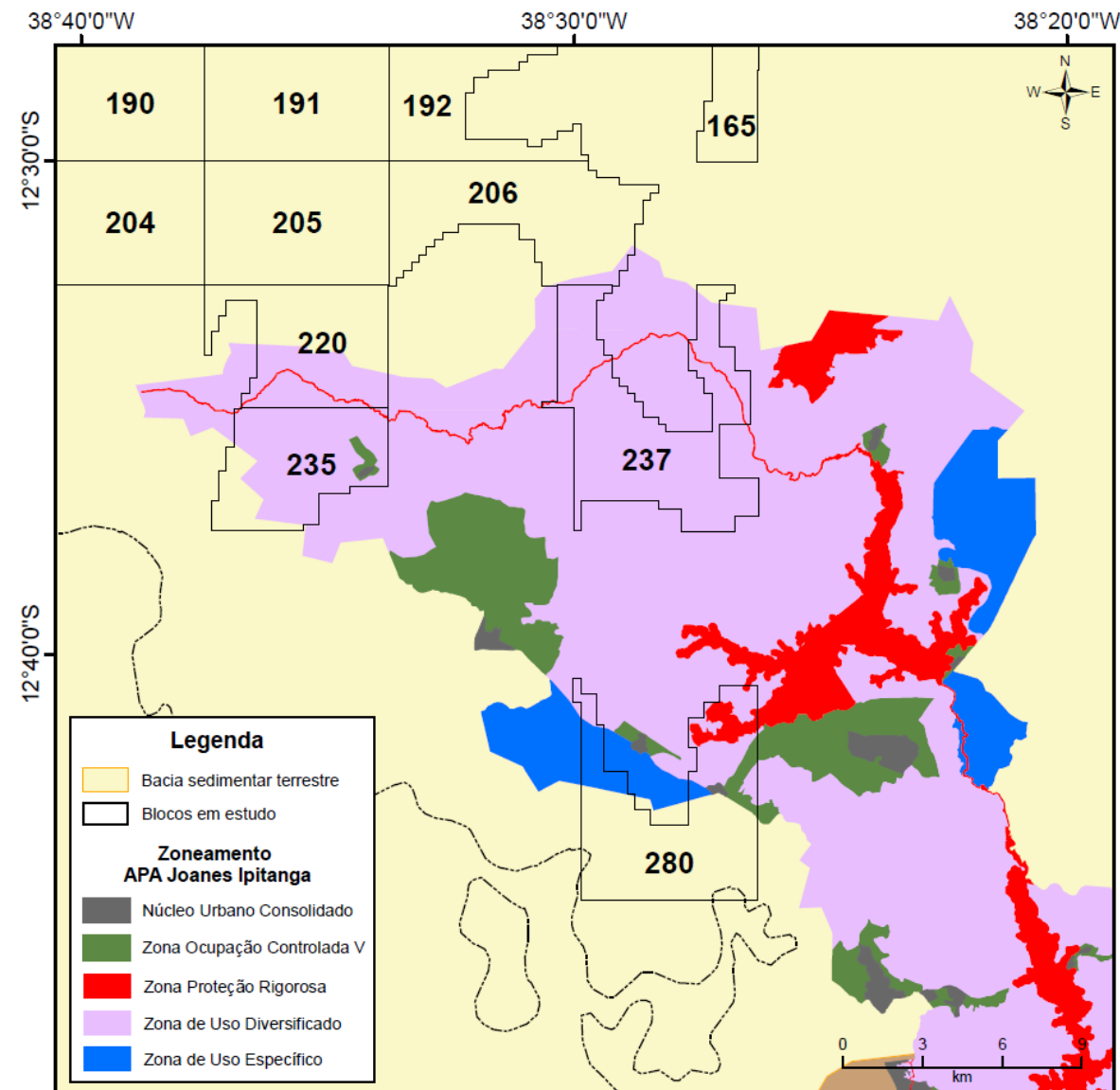
■ Zona de Uso Diversificado

Área com cultivos agrícolas,  
pecuária, mineração, E&P  
e indústrias





# Bacia do Recôncavo



## INEMA/BA

Sobreposição com a APA  
Joanes Ipitanga

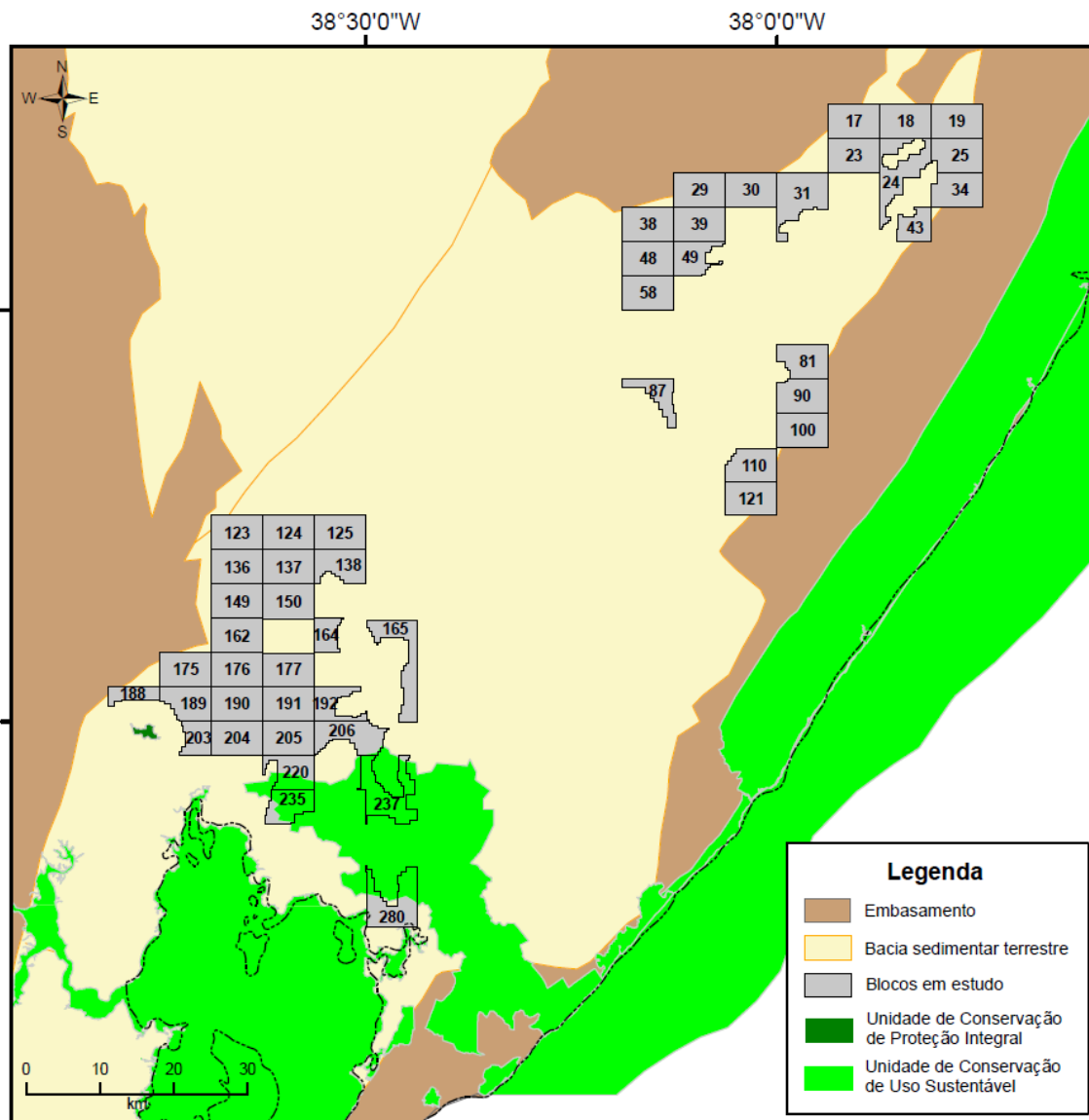
 Zona de Uso Específico

Área delimitada para a implantação  
de empreendimentos específicos,  
como o Polo Petroquímico de  
Camaçari

 Zona Proteção Rigorosa

Presença de remanescentes de  
mata atlântica e matas ciliares,  
onde não é permitida a instalação  
de novos empreendimentos

# Bacia do Recôncavo



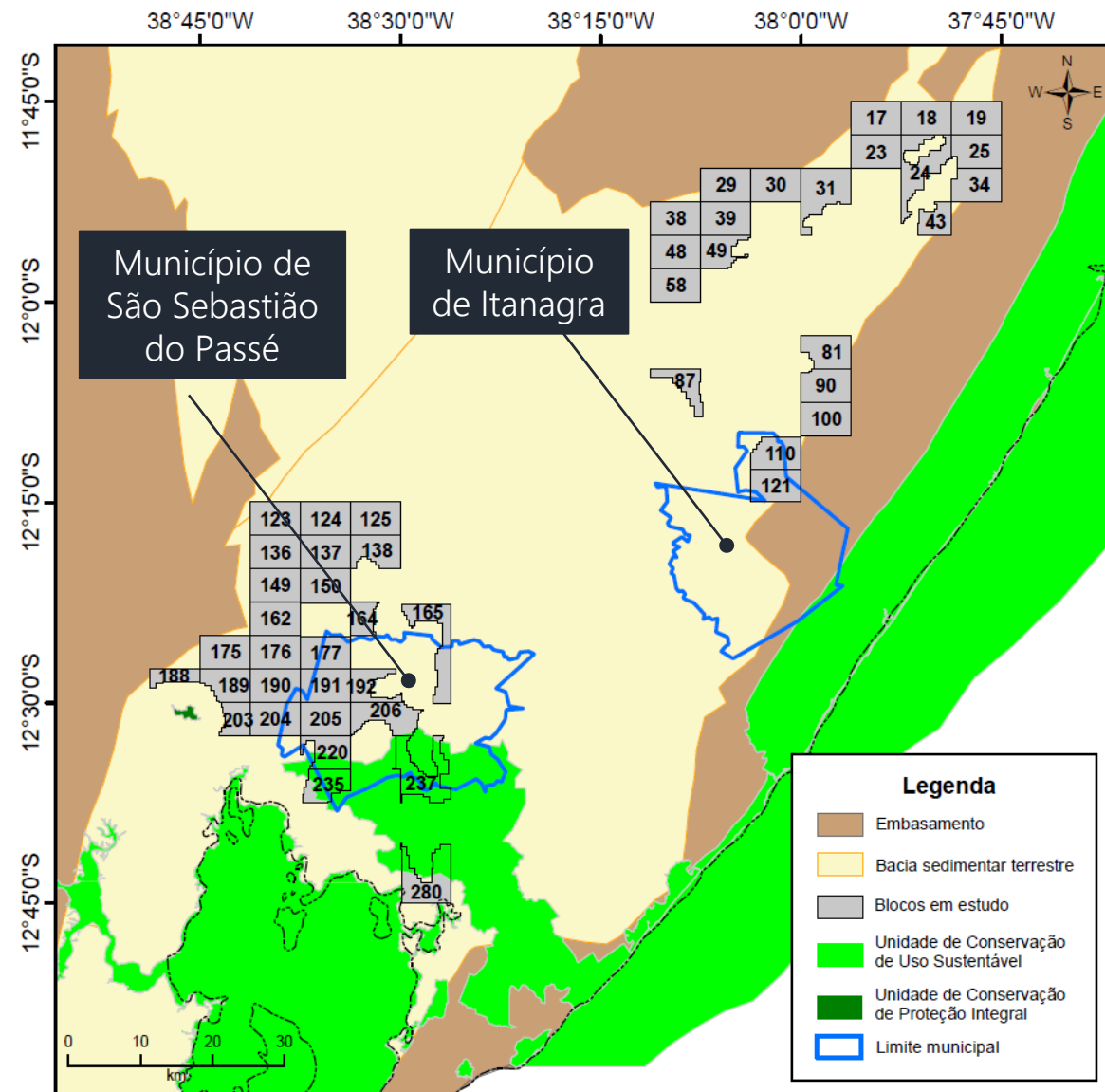
## GTPEG

Todos os blocos se localizam em área de aplicação da Lei da Mata Atlântica, que estabelece condições específicas para o seu uso

REC-T-165 → adequado para evitar sobreposição com a RPPN Mata do Guigó

Exclusão de blocos sobrepostos à APA Baía de Todos os Santos

# Bacia do Recôncavo

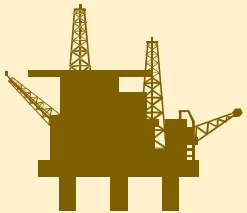


## GTPEG

REC-T-177, 190, 191, 192, 204, 205, 206, 220, 235 e 237 → localizados no município de São Sebastião do Passé, onde se encontra a RPPN Fazenda Panema

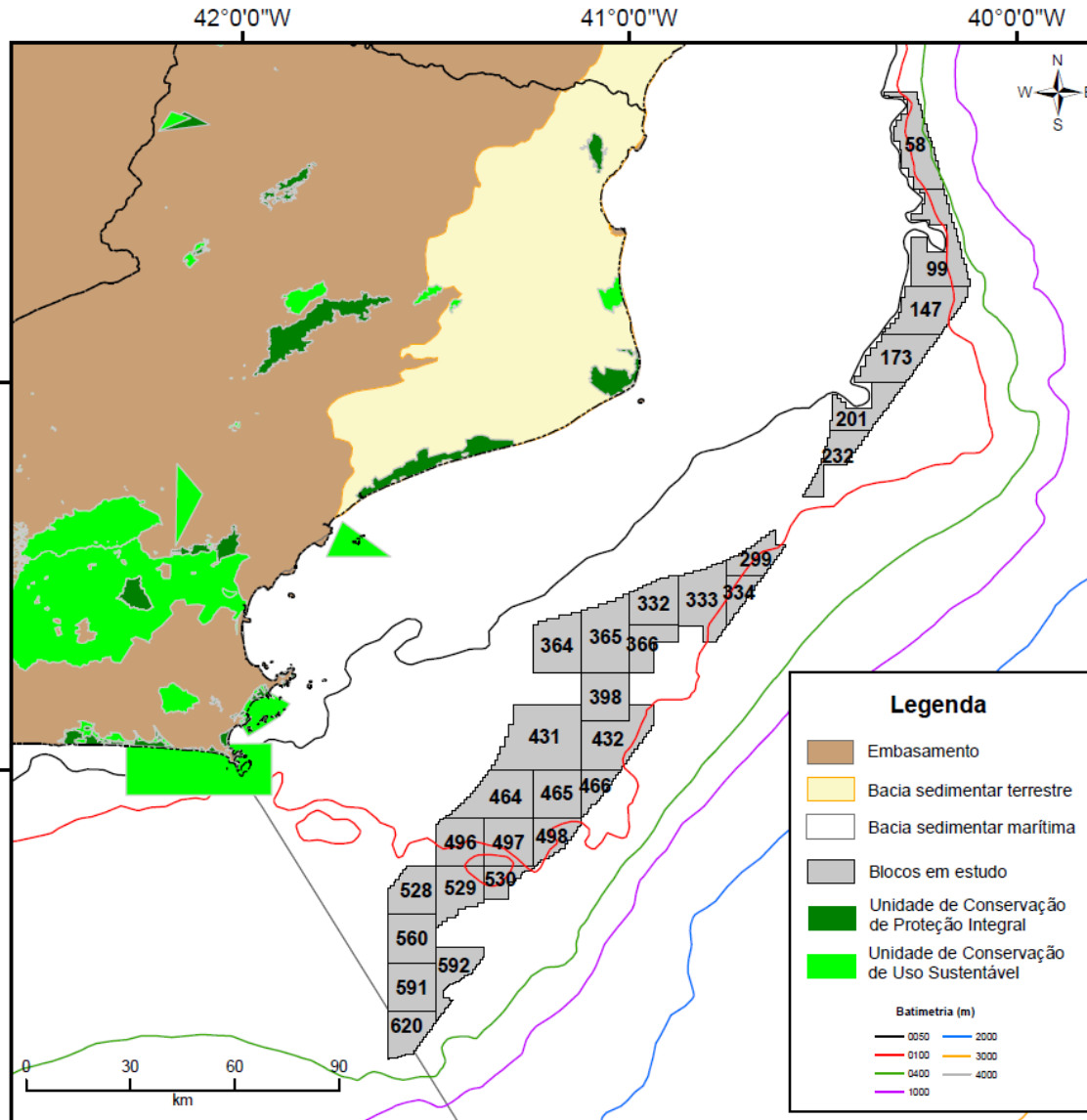
REC-T-110 e REC-T-121 → localizados no município de Itanagra, onde se encontra a RPPN Lontra/Saude





# Bacias Marítimas

# Bacia de Campos



## GTPEG

Blocos localizados em distância superior a 50 km da costa e lâmina d'água acima de 50 m

Blocos C-M-496, C-M-497, C-M-529 e C-M-530 →  
Necessidade de caracterização detalhada do fundo, dos ecossistemas locais e ictiofauna associada à elevação da plataforma continental

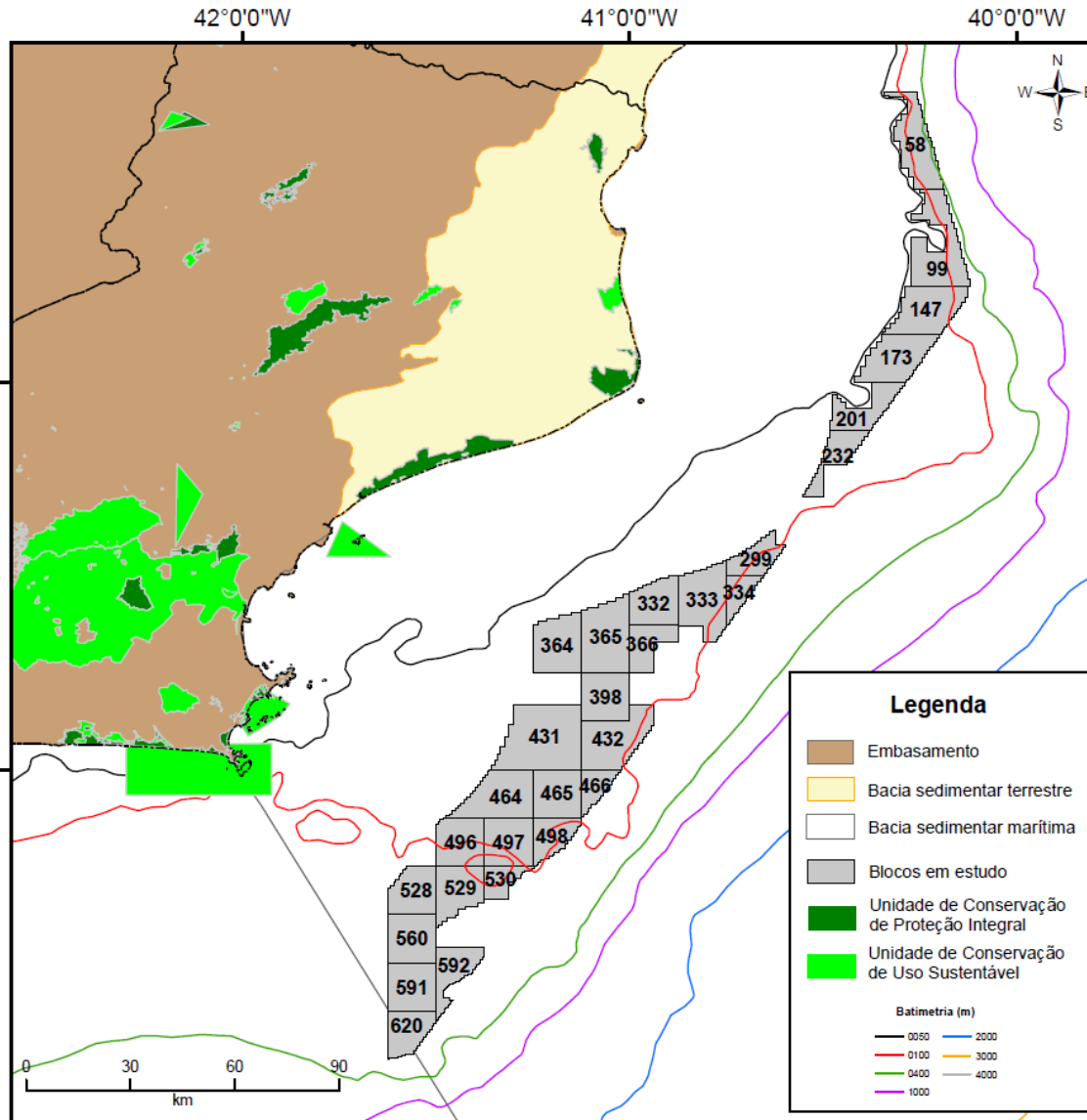
Não deverá ser realizada a perfuração sobre as elevações da plataforma desta região ("Barranco de Sueste")

# Bacia de Campos

## GTPEG

Necessidade de caracterização de ambientes de fundo (rodolitos e corais de águas profundas), a partir de dados primários

Caso os ambientes sejam identificados, será solicitada alteração da locação ou ainda a utilização de tecnologias alternativas



## GTPEG

Deverá ser dada especial atenção aos conflitos com a atividade pesqueira – principalmente com a pesca artesanal

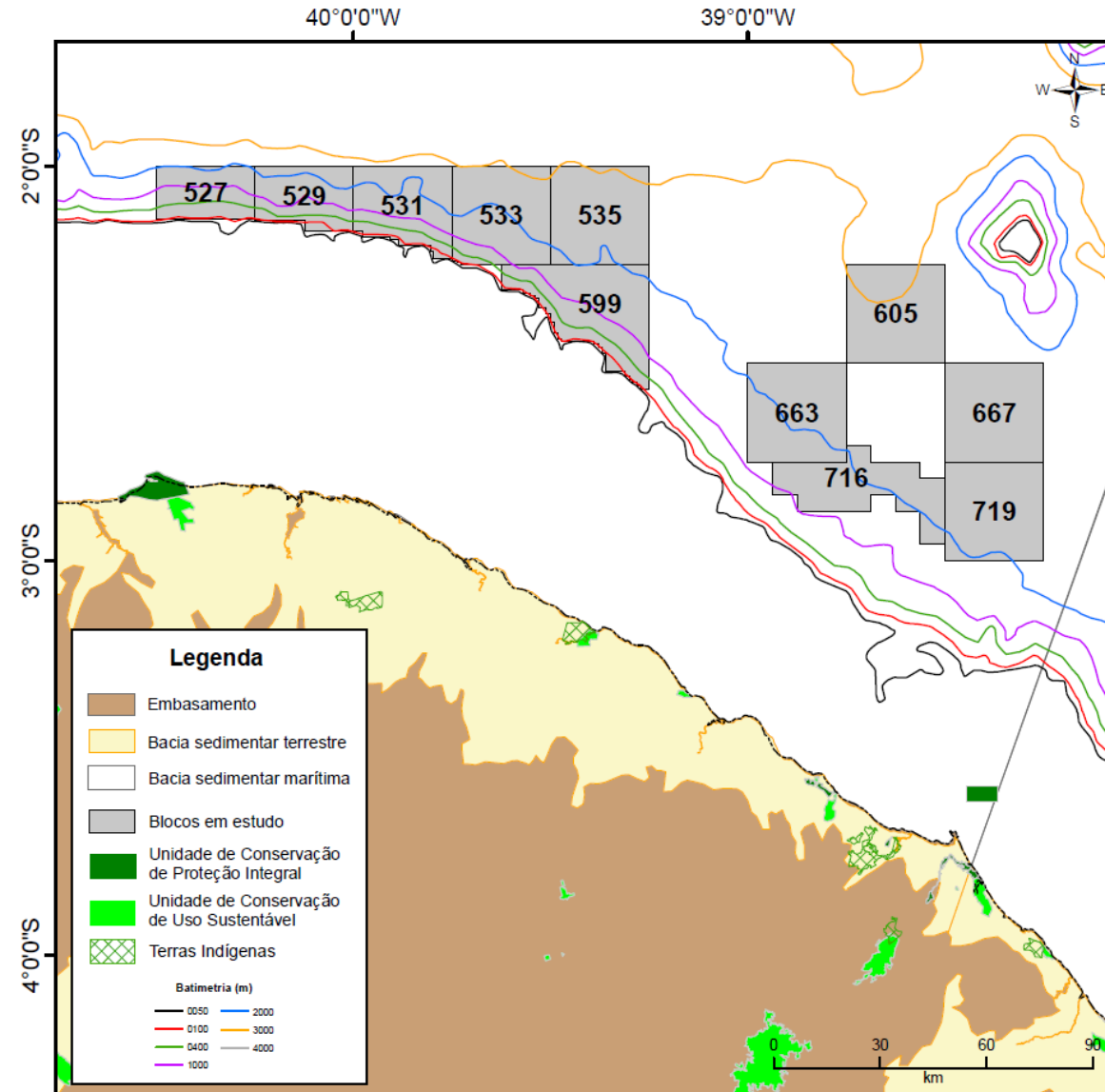
Quando evidenciados impactos não mitigáveis sobre a atividade pesqueira artesanal, poderá ser exigida a implementação de Projeto de Compensação

Os PEIs dos empreendimentos a serem licenciados devem contemplar análises de vulnerabilidade com especial atenção: às UCs e às espécies ameaçadas presentes na área

Poderão ser exigidos recursos adicionais aos recursos mínimos previstos na Resolução CONAMA nº 398/08

Cenários com alta probabilidade de toque na costa serão considerados para avaliação da viabilidade ambiental

# Bacia do Ceará



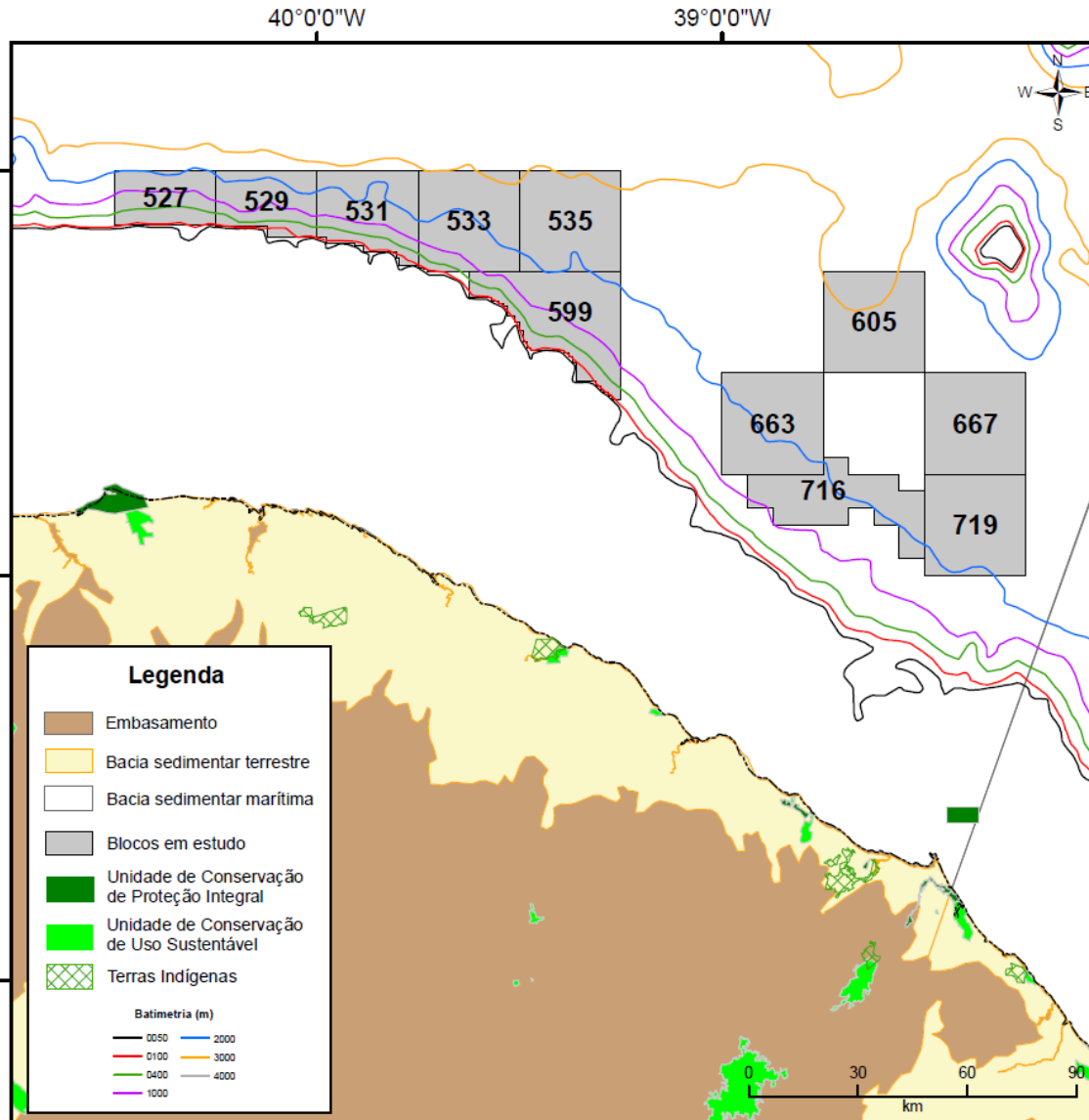
## GTPEG

Blocos localizados em distância superior a 50 km da costa e lâmina d'água acima de 50 m

Necessidade de caracterização de ambientes de fundo (rodolitos e corais de águas profundas), a partir de dados primários

Caso os ambientes sejam identificados, será solicitada alteração da locação ou ainda a utilização de tecnologias alternativas

# Bacia do Ceará



## GTPEG

Projeto de  
Compensação poderá  
ser exigido caso sejam  
identificados conflitos  
com a atividade  
pesqueira

Cenários com alta  
probabilidade de toque  
na costa serão  
considerados para  
avaliação da viabilidade  
ambiental



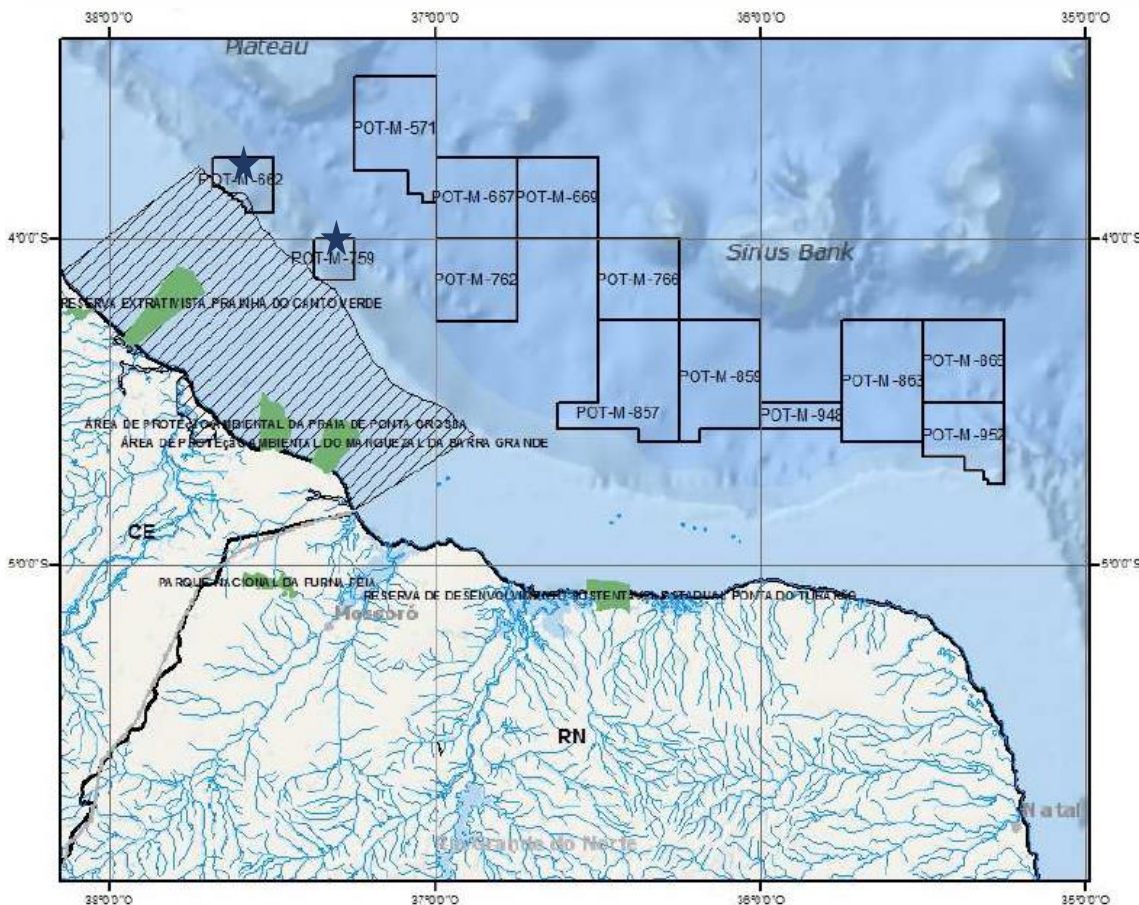
# Bacia Potiguar

## GTPEG

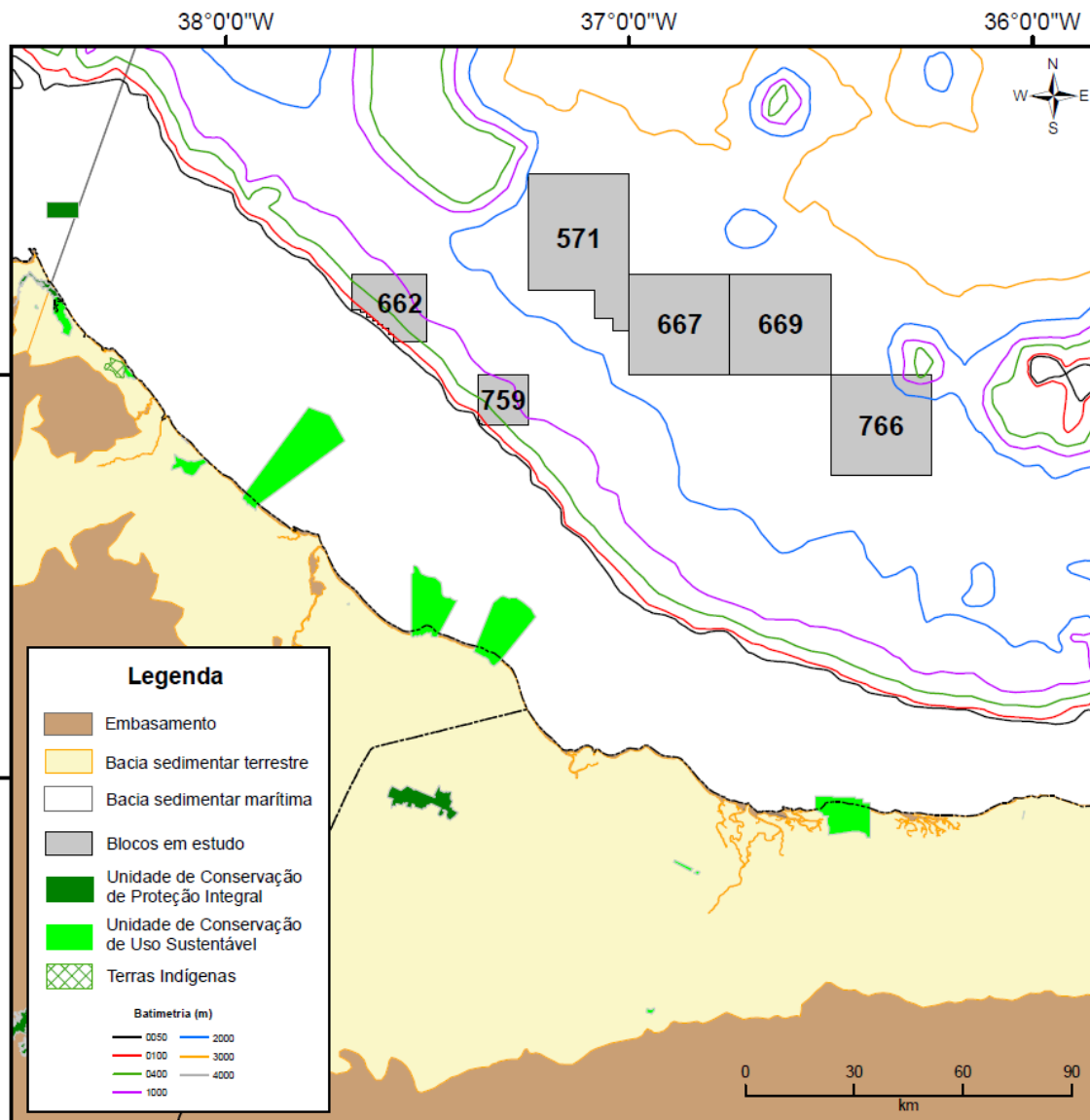
POT-M-759 e POT-M-662 →  
Pequena sobreposição com  
área proposta para criação da  
APA Litoral Leste do Ceará

Necessidade de caracterização  
de ambientes de fundo  
(rodolitos e corais de águas  
profundas), a partir de dados  
primários

Caso os ambientes sejam  
identificados, será solicitada  
alteração da locação ou ainda  
a utilização de tecnologias  
alternativas



# Bacia Potiguar



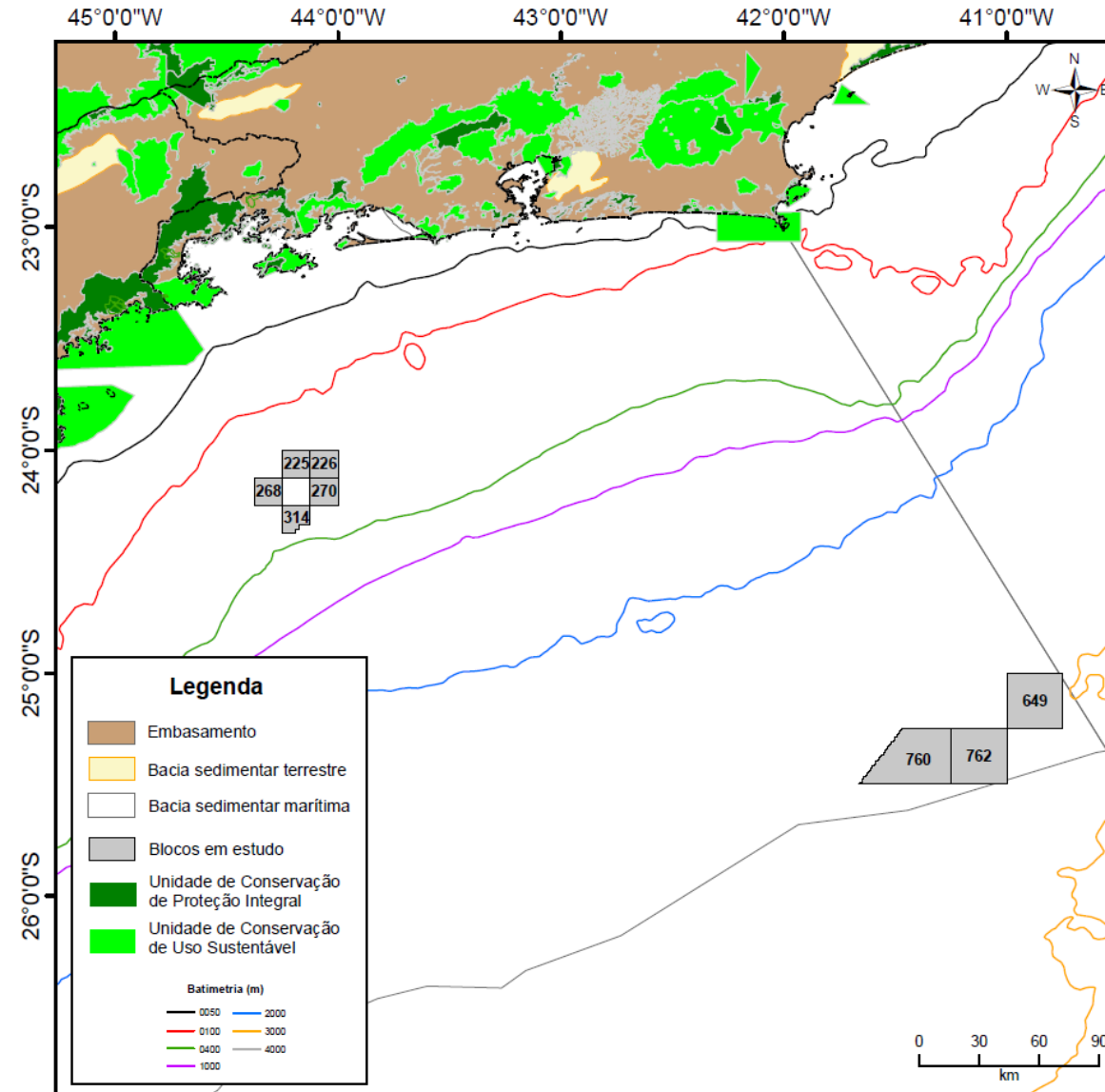
## GTPEG

Projeto de  
Compensação poderá  
ser exigido caso sejam  
identificados conflitos  
com a atividade  
pesqueira

Cenários com alta  
probabilidade de toque  
na costa serão  
considerados para  
avaliação da viabilidade  
ambiental



# Bacia de Santos

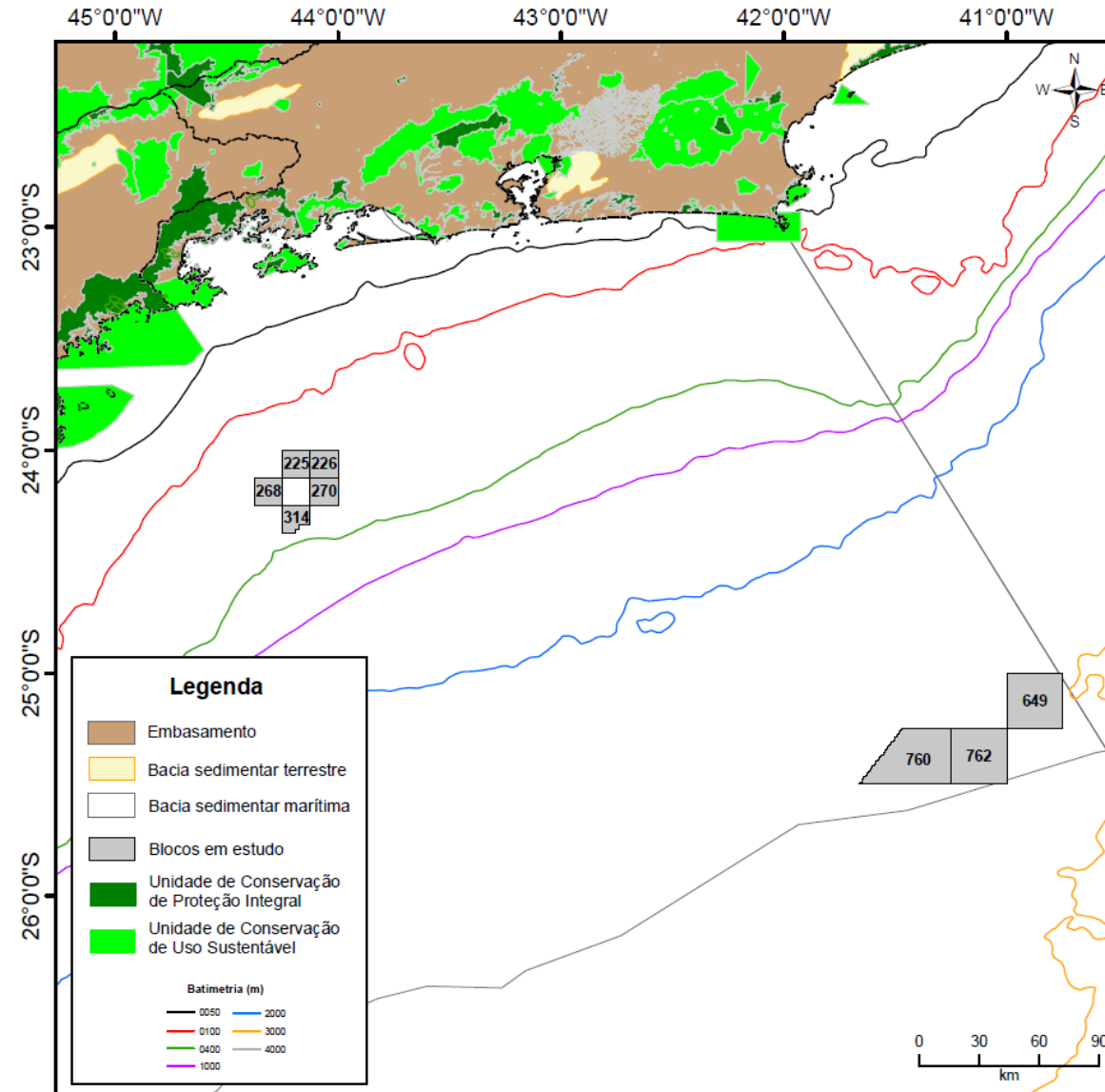


## GTPEG

Principais questões, na fase exploratória, que serão consideradas para avaliação da viabilidade ambiental:

- Impactos sobre a pesca
- Presença de bancos biogênicos
- Impactos cumulativos de muitas atividades concomitantes
- Cenários com alta probabilidade de toque na costa

# Bacia de Santos



## GTPEG

Os PEIs dos empreendimentos a serem licenciados devem contemplar análises de vulnerabilidade com especial atenção:

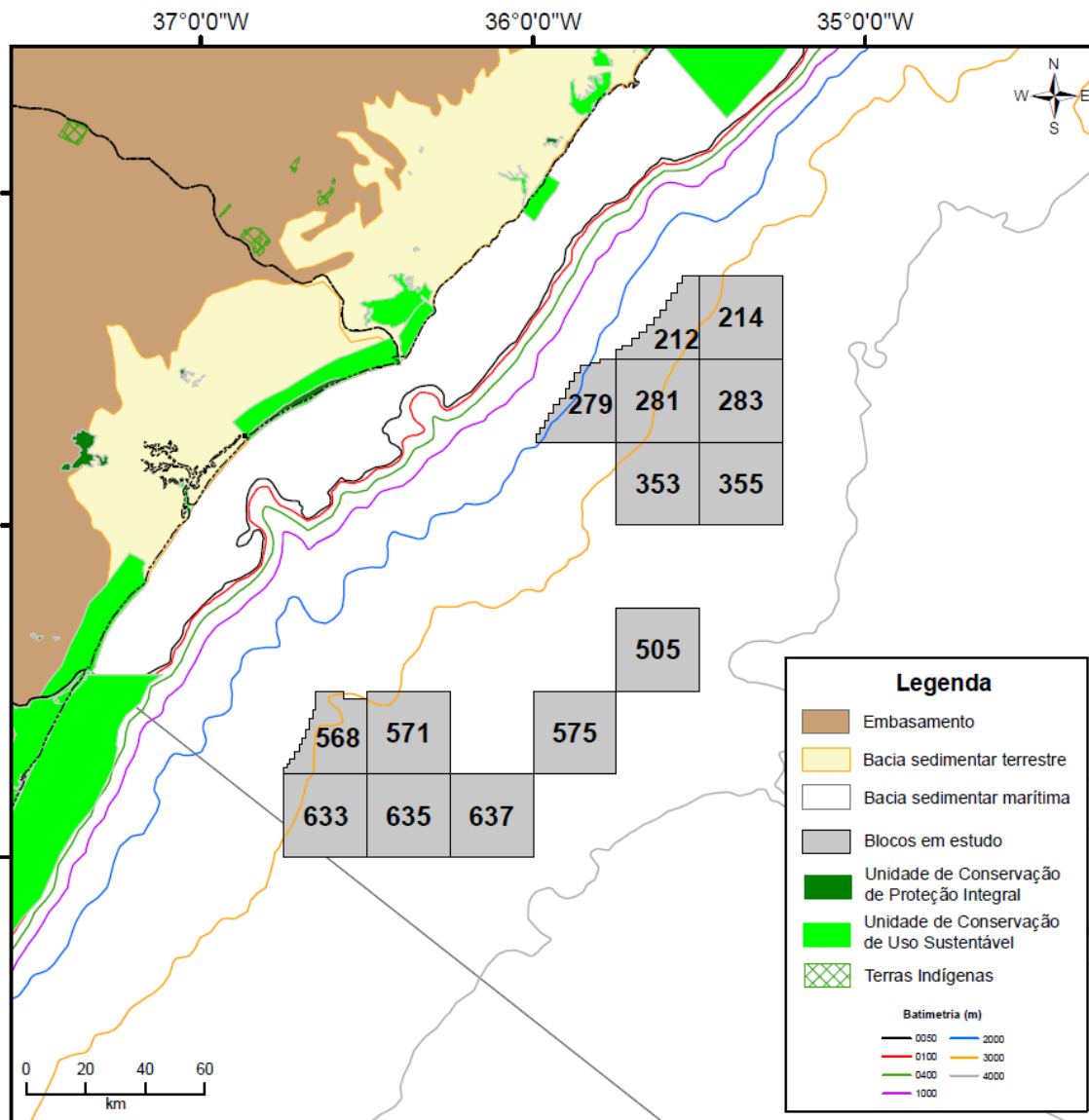
- às UCs e;
- às espécies ameaçadas presentes na área

Poderão ser exigidos recursos adicionais aos recursos mínimos previstos na Resolução CONAMA nº 398/08

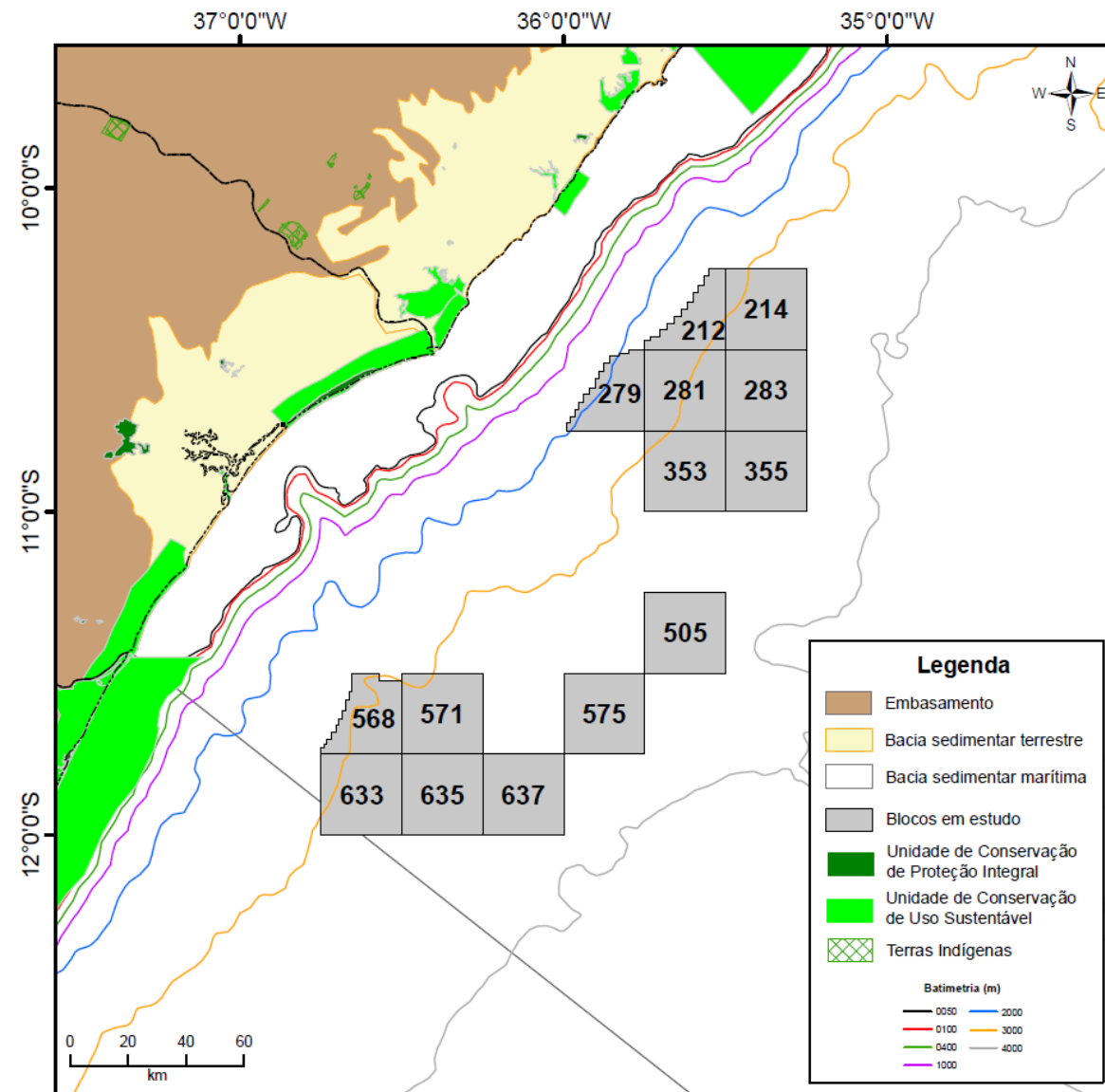
# Bacia de Sergipe-Alagoas

## GTPEG

Blocos localizados em distância superior a 50 km da costa e de unidades de conservação



# Bacia de Sergipe-Alagoas



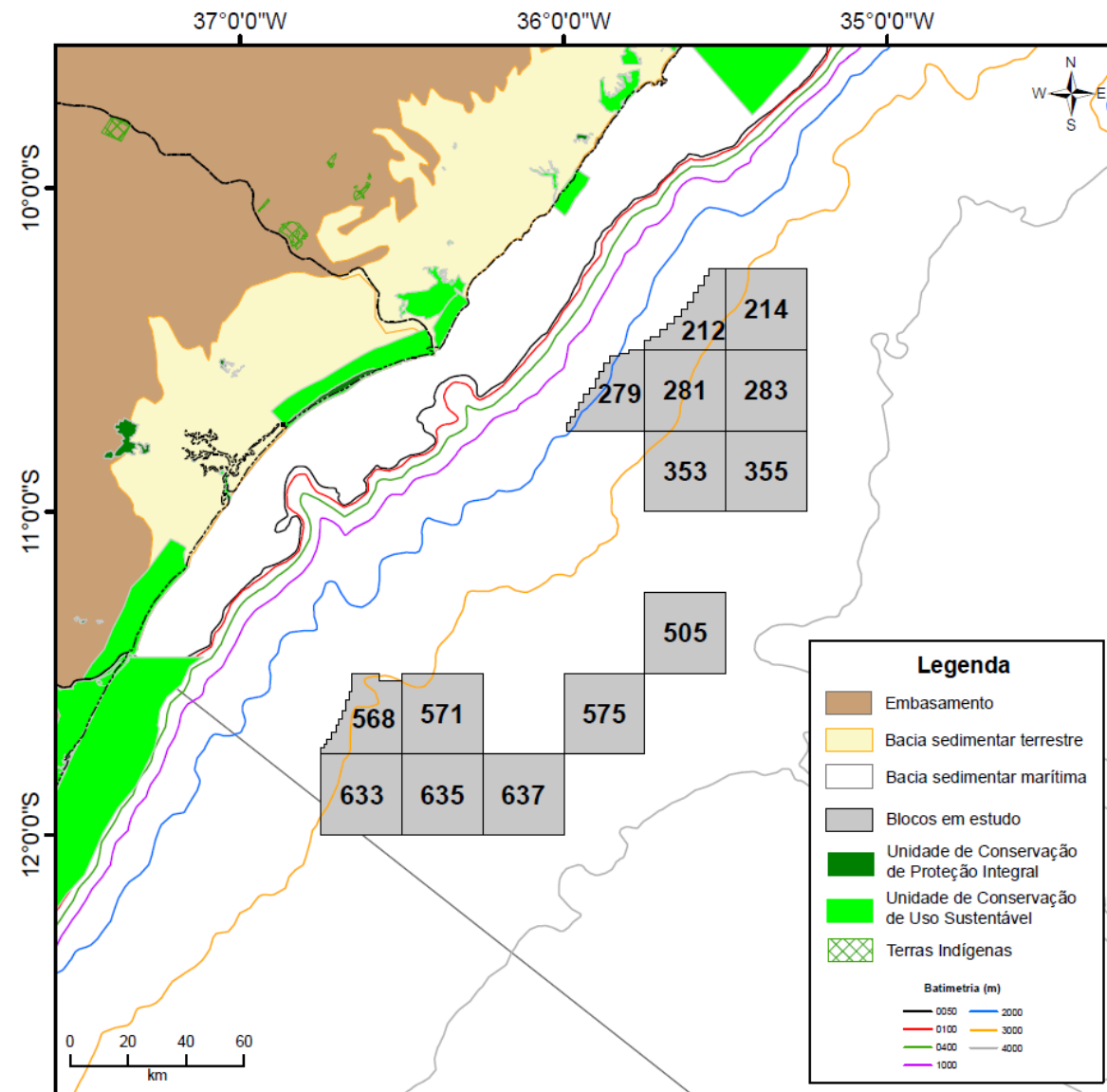
## GTPEG

Os PEIs deverão contemplar análises robustas de vulnerabilidade do litoral, com especial atenção:

- às UC;
- aos ecossistemas de elevada sensibilidade e;
- as espécies ameaçadas presentes na área

Poderão ser exigidos recursos adicionais aos recursos mínimos previstos na Resolução CONAMA nº 398/2008

# Bacia de Sergipe-Alagoas



## GTPEG

Cenários com alta probabilidade de toque na costa serão considerados para avaliação da viabilidade ambiental

Estabelecimento de medidas de controle e mitigação rigorosas

## Oferta Permanente

Nos termos do Artigo 4º da Resolução CNPE nº 17, de 08/06/2017, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP, aprovou o processo de oferta permanente de áreas.

O processo consiste na oferta contínua de campos devolvidos (ou em processo de devolução) e de blocos exploratórios ofertados em licitações anteriores e não arrematados ou devolvidos à agência.

Dia 27 abril de 2018, a ANP divulgou as regras para participação e os parâmetros técnicos e econômicos das áreas em oferta permanente, principiando o processo de licitação de forma contínua. A partir de 2 de maio de 2018, abrem-se as inscrições. A apresentação de garantia de oferta acompanhada de declaração de interesse iniciará a partir de 19 de julho e as apresentações de ofertas deverão ocorrer a partir de novembro de 2018.

O cronograma e a tabela abaixo referem-se à primeira etapa da Oferta Permanente:

DATA-LIMITE DE DIVULGAÇÃO  
DOS CAMPOS E BLOCOS  
PARA CONSULTA DE INTERESSE  
30/11/2017

DATA-LIMITE DE DIVULGAÇÃO  
DOS PARÂMETROS E REGRAS  
DA OFERTA PERMANENTE  
30/4/2018

INÍCIO DO CICLO DE  
OFERTA PERMANENTE  
a partir de 2/5/2018

APRESENTAÇÃO  
DE OFERTAS  
a partir de 1/11/2018



[www.rodadas.anp.gov.br](http://www.rodadas.anp.gov.br)

Pacote de dados

# Considerações Finais



Apesar das observações acerca da sensibilidade ambiental, os 158 blocos apresentados foram considerados aptos à atividade de E&P pelos órgãos ambientais



APPs, áreas alagadas, zoneamentos, áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, podem determinar medidas de mitigação mais específicas



Os Pareceres Ambientais não substituem o processo de licenciamento ambiental (atribuição dos OEMAs e do Ibama)



# Considerações Finais



Os Pareceres Ambientais evidenciam que não há maiores incompatibilidades das áreas em oferta com os objetivos de proteção da qualidade ambiental e antecipam recomendações para o licenciamento na forma de condicionantes e medidas de mitigação



Papel institucional da ANP: avaliação do cumprimento compromissos exploratórios

- Salas de Situação dos Processos de Licenciamento Ambiental: identificação de entraves → cumprimento de prazos → agilização do processo





**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis

# Obrigada!

Contato: [rodadas@anp.gov.br](mailto:rodadas@anp.gov.br)

[www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)